

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/01/2016 a 31/01/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Dólar puxou receitas das agrícolas em 2015. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 04/01/2016.	5
Bahia pretende exportar bois vivos a partir do porto de Ilhéus. Luiz Henrique Mendes - Valor Econômico, Agronegócios. 05/01/2016.	7
Pouso forçado. Valor Econômico, Agronegócios. 05/01/2016.....	7
Exportações de carne de frango bateram recorde em 2015, diz ABPA. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 05/01/2016.....	7
Coreia do Sul autoriza abertura de seu mercado à carne suína de SC. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 05/01/2016.....	8
China preocupa e derruba preços de grãos. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 05/01/2016.	9
Mercado internacional de lácteos sob pressão neste semestre. 06/01/2016.	9
Embarques de grãos confirmam recorde. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 07/01/2016.	10
Cacau pode virar pesadelo do mercado. Isis Almeida – Valor Econômico, Agronegócios. 07/01/2016.	12
Exportação do campo deve voltar a crescer. Fabiana Batista, Mariana Caetano e Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 08/01/2016.....	14
ABPA: Exportações de ovos do país cresceram 53,5% em 2015. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 11/01/2016.	16
Agronegócio aumenta participação nas exportações brasileiras em 2015. CNA. 11/01/2016.....	17
Turbulência na China derruba café em NY. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 12/01/2016.	18
Exportações do campo recuaram 9% em 2015. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 12/01/2016.	20
Brasil busca aval de cotonicultores dos EUA para parceria em pesquisa. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 12/01/2016.	22
USDA surpreende e corta projeção para soja nos EUA. Mariana Caetano, Camila Souza Ramos e Fabiana Batista – Valor Econômico. 13/01/2016.	24
FAESC preocupada com importação de frutas da China. CNA. 14/01/2016.....	25
Projeto na Câmara quer dificultar importação de grão verde. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 14/01/2016.	27
Exportações da agropecuária são responsáveis por 9% do PIB do Rio Grande do Sul em 2015. CNA. 14/01/2016.....	28

Produção familiar por toda a parte. Gabriella Bontempo. Site do MDA, 15/01/2016.	28
Monsanto e a Fundação Gates pressionam o Quênia para suspender a proibição de transgênicos. Site do MST, 18/01/2016.	30
Países Baixos ganham espaço na salada brasileira. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 18/01/2016.	34
Otimismo cauteloso com as exportações de lácteos. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico, Agronegócios. 18/01/2016.	35
78% das exportações do Paraná vem da atividade agropecuária. CNA. 19/01/2016.	36
Exportação de fumo cresce em volume, mas faturamento cai. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 19/01/2016.	38
Mercado externo 'salva' processamento de cacau. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 20/01/2016.	40
Agricultura Familiar amplia participação no cenário internacional. Flávia Dias. Site do MDA, 20/01/2016.	41
Após recorde, exportação de café pode se repetir este ano. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico, Agronegócios. 20/01/2016.	43
Papa apoia ativistas argentinos em processo contra Monsanto. Site do MST, 22/01/2016.	44
Países do Mercosul conhecem experiências de agricultoras brasileiras. Ranyelle Andrade. Site do MDA, 22/01/2016.	45
IGC reduz previsão de colheita de grãos. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 22/01/2016.	47
Dólar alto trava as importações de trigo. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 22/01/2016.	47
Queda no frete marítimo faz Cargill fechar unidade londrina. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 25/01/2016.	49
Brasil vai exportar material genético bovino para Moçambique. CNA. 25/01/2016.	50
China envia missão para retirar barreira a melão e melancia. Camila Souza Ramos - Valor Econômico, Agronegócios. 25/01/2016.	51
Experiências ganham incentivo e são exemplos para agricultura do Mercosul. Tássia Navarro. Site do MDA, 26/01/2016.	52
Organizações do Brasil manifestam solidariedade aos representantes da União Nacional de Camponeses de Moçambique diante de ameaças e agressões físicas. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 26/01/2016.	54

ChemChina eleva oferta por Syngenta, diz jornal. Valor Econômico, Agronegócios. 27/01/2016.....	56
Emirados Árabes importam volume recorde de açúcar do Brasil. Valor Econômico, Agronegócios. 27/01/2016.	57
No Conselho, Kátia Abreu projeta incremento de exportação. Valor Econômico, Agronegócios. 28/01/2016.	57
Ministra avalia crédito para importação de arroz e feijão. Cristiano Zaia - Valor Econômico, Agronegócios. 28/01/2016.	58
Em relatório internacional, Brasil é criticado por aumento da violência no campo. Site do MST, 28/01/2016.....	59
Monsanto vai à Justiça para evitar rótulo de produto cancerígeno. Graciela Vizcay Gomez. Site do MST, 28/01/2016.	60
A força dos agrotóxicos legais e ilegais no Brasil. Graça Portela e Raíza Tourinho. Site do MST, 29/01/2016.....	62
Ministério da Agricultura quer fechar 14 acordos comerciais em 2016. Cristiano Zaia. Valor Econômico, Agronegócios. 29/01/2016.	66
China derruba commodities agrícolas. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 29/01/2016.	67
CONTAG fortalece participação social no Mercosul – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/01/2016.....	69

Dólar puxou receitas das agrícolas em 2015. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 04/01/2016.

O dólar valorizado em relação ao real foi fundamental para fazer frente aos baixos preços dos grãos na bolsa de Chicago em 2015 e sustentar a receita das três empresas de produção agrícola do país com capital aberto na BM&FBovespa. Mas esse talvez seja um dos únicos pontos em comum entre BrasilAgro, SLC Agrícola e Vanguarda Agro este ano, marcado pelo desempenho bastante distinto das ações dessas companhias.

Os papéis da BrasilAgro e da SLC Agrícola encerraram 2015 no azul, mas com uma diferença significativa: a primeira em alta de 35,66%, e a segunda, de 18,56 %. Já a Vanguarda aponta para baixo: as ações recuaram 74,02% no ano.

"Essas empresas estão em momentos diferentes. A SLC já nasceu como empresa agrícola e está crescendo em função disso. A Vanguarda virou empresa agrícola, teve problemas com terras, e com toda essa questão do câmbio e da queda dos preços das commodities, acabou sofrendo mais", avaliou Catarina Pedrosa, analista do banco Haitong.

Nos nove primeiros meses de 2015, a Vanguarda Agro reportou uma receita de R\$ 802,95 milhões, 22,4% acima do mesmo intervalo de 2014. Mas a última linha do balanço piorou: o prejuízo líquido passou de R\$ 50,55 milhões para R\$ 87,55 milhões.

A Vanguarda acelerou a busca pelo aumento de rendimento: neste ciclo 2015/16, espera elevar sua produtividade da soja de 54,6 para 55,4 sacas por hectare. Para isso, priorizou terras mais produtivas e reduziu em 19% sua área na atual safra, para 200,6 mil hectares, devolvendo arrendamentos em Mato Grosso, na Bahia e no Piauí - onde a companhia já não opera mais.

Não fossem as baixas relacionadas a essas devoluções, a Vanguarda fecharia o ano "com uma pequena rentabilidade", disse Arlindo Moura, CEO da empresa, em encontro com investidores em dezembro. A empresa ainda avalia se ficará na Bahia. "Temos que gerar resultados, e são esses resultados que reduzirão nosso endividamento", afirmou. No fim do terceiro trimestre de 2015, a Vanguarda tinha uma dívida líquida de US\$ 242,59 milhões e até os últimos dias do ano renegociava o pagamento de US\$ 15 milhões a bancos.

A BrasilAgro está em posição mais confortável. Sem dívidas em dólar, absorveu apenas os efeitos positivos da desvalorização do real, que inflou a receita. No ano fiscal de 2015, que terminou em 30 de junho, o faturamento cresceu 167%, para R\$ 440,74 milhões, e o lucro líquido somou R\$ 180,8 milhões.

Os resultados da BrasilAgro foram turbinados pela venda da fazenda Cremaq, em Baixa Grande do Ribeiro (PI). O valor do negócio, fechado em junho, foi de R\$ 270 milhões. Mas a boa produtividade da safra 2014/15 e a otimização de custos ajudaram no desempenho, diz a companhia. Já no primeiro trimestre do ano fiscal de 2016 (encerrado em 30 de setembro), as altas na receita e no lucro foram de 19% e 2.711%, respectivamente, para R\$ 67,22 milhões e R\$ 44,47 milhões.

Julio Piza, CEO da BrasilAgro, tem reafirmado a intenção de novas compras de fazendas em até seis meses. O interesse são áreas consolidadas, como Mato Grosso. "Esperem aquisições interessantes", disse ele, no mês passado.

Para Catarina, do Haitong, a SLC também pode comprar terras em 2016, mas apenas se o negócio não pressionar o caixa. "E não necessariamente seria via SLC, pode ser pela LandCo [subsidiária da companhia dedicada ao investimento em terras]". Nos nove primeiros meses de 2015, a SLC teve um lucro líquido de R\$ 85,8 milhões, 62% acima de igual período de 2014. Já a receita cresceu 11%, a R\$ 1,177 bilhão.

Aurélio Pavinato, CEO da SLC, ressaltou as dificuldades climáticas na Bahia e no Piauí, onde estão as lavouras mais novas da empresa. "Apesar desses ventos contrários, e graças à nossa diversificação geográfica, forte controle de custos e política de hedge bem consolidada, conseguiremos atingir nossas principais metas financeiras e entregar um resultado superior a 2014", disse.

Para 2016, o executivo reiterou o foco no ganho de eficiência e mostrou confiança em margens melhores. "Compramos insumos a preços mais baixos e já temos boa parte das vendas efetivadas para 2016, então o desafio agora é entregar uma boa performance operacional". A SLC elevará sua área em 2015/16 de 370 mil para 377 mil hectares.

O fato é que o bom desempenho desta safra ainda dependerá muito do clima, e Catarina lembra que há regiões em Mato Grosso com chuvas de 25% a 30% abaixo da média. As poucas chances de reação nos preços dos grãos corroboram um 2016 "mais difícil", previu.

Bahia pretende exportar bois vivos a partir do porto de Ilhéus. Luiz Henrique Mendes - Valor Econômico, Agronegócios. 05/01/2016.

SÃO PAULO - Depois de o Maranhão iniciar no ano passado as exportações de boi vivo a partir do porto de Itaqui, a Bahia também pretende se tornar uma alternativa para os embarques de bovinos vivos. De acordo com a Secretaria de Agricultura da Bahia, o Estado trabalha para organizar a estrutura a fim de exportar bois vivos a partir do porto de Ilhéus.

De acordo com a Secretaria de Agricultura da Bahia, o porto localizado no sul do Estado tem potencial para embarcar 200 mil animais por ano e já há inclusive interessados em exportar por meio de Ilhéus.

Segundo a Secretaria de Agricultura, a empresa australiana Wellard Brasil do Agronegócio demonstrou a intenção de exportar 5 mil bois para o Egito. Além disso, também há interesse em exportar para Iraque e Jordânia.

A Bahia possui um rebanho de cerca de 10,5 milhões de bovinos, o maior do Nordeste.

Pouso forçado. Valor Econômico, Agronegócios. 05/01/2016.

As exportações argentinas de grãos e óleos vegetais somaram US\$ 20 bilhões em 2015, 17% menos que em 2014, de acordo com dados compilados pelo grupo exportador Ciara-Cec. E, segundo a agência Bloomberg, a queda poderia ter sido maior não fosse um forte aumento nos últimos dias do ano passado, depois da desvalorização da moeda do país. A tendência é que a Argentina comece a recuperar, em 2016, o espaço perdido no mercado agrícola global em virtude das restrições impostas pelos governos de Nestor e Cristina Kirchner, que estão sendo flexibilizadas pelo presidente Mauricio Macri. Soja e derivados, milho e trigo lideram os embarques.

Exportações de carne de frango bateram recorde em 2015, diz ABPA. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 05/01/2016.

SÃO PAULO - As exportações brasileiras de carne de frango confirmaram as expectativas e bateram recorde em 2015, de acordo com a Associação Brasileira de

Proteína Animal (ABPA). No ano passado, os embarques de carne de frango ao exterior totalizaram 4,304 milhões de toneladas, crescimento de 5% ante as pouco mais de 4 milhões de toneladas comercializadas em 2014.

Com o incremento nas vendas, o Brasil, que já é o maior exportador global de carne de frango, também elevou sua participação no mercado internacional, destacou em nota o presidente da ABPA, o ex-ministro da Agricultura Francisco Turra. Conforme a ABPA, o Brasil foi responsável por 37% das exportações de carne de frango no ano passado.

Em receita cambial, porém, houve queda. Conforme os dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) compilados pela ABPA, as exportações de carne de frango renderam US\$ 7,170 bilhões ao Brasil em 2015, queda de 11,3% ante o mesmo período do ano anterior.

No entanto, com a desvalorização do dólar, a receita em reais das exportações cresceu, destacou a ABPA. De acordo com os cálculos da entidade, a receita em reais obtida com as exportações de carne de frango aumentou 26% em 2015, totalizando R\$ 23,946 bilhões.

Coreia do Sul autoriza abertura de seu mercado à carne suína de SC. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 05/01/2016.

SÃO PAULO - O Ministério da Agricultura informou hoje que o governo da Coreia do Sul autorizou a abertura de seu mercado à carne suína de Santa Catarina. Maior produtor de carne suína do país, Santa Catarina é também o único Estado livre de febre aftosa em vacinação.

De acordo com o ministério, a abertura do mercado coreano à carne suína catarinense tem potencial para ampliar as exportações anuais brasileiras em 33 mil toneladas, rendendo US\$ 108 milhões. Em 2015, as exportações do país somaram 550 mil toneladas.

Para iniciar os embarques de carne suína para a Coreia do Sul, ainda faltam alguns procedimentos, informou o ministério. De acordo com a Pasta, as etapas pendentes são a apresentação de requisitos sanitários exigidos pelos coreanos, a elaboração do certificado sanitário internacional e a habilitação das plantas exportadores.

A expectativa da Pasta é que a abertura efetiva do mercado coreano ocorra neste ano.

China preocupa e derruba preços de grãos. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 05/01/2016.

O primeiro pregão de negociação de contratos futuros de grãos de 2016 na bolsa de Chicago reviveu momentos de tensão observados no ano passado. A divulgação de dados fracos sobre a economia da China voltou a provocar uma onda de liquidação de posições e uma consequente queda expressiva nas cotações de soja, milho e trigo.

Os contratos de segunda posição de entrega da soja (março) caíram 0,95%, ou 8,25 centavos, e fecharam a US\$ 8,56 o bushel. Os do milho (maio) recuaram 1,92%, ou 7 centavos, para US\$ 3,575 o bushel, e os do trigo (maio) fecharam com queda de 2,5%, ou 12 centavos, a US\$ 4,645 o bushel.

As leituras do índice dos gerentes de compras (PMI) do setor industrial chinês feitas pelo governo e pelo Caixin (ex-HSBC) ficaram abaixo de 50, indicando contração, e derrubaram ontem os mercados acionários e de commodities. Os grãos não passaram incólumes, já que a China é o maior importador de soja do mundo.

No ano passado, porém, o país importou mais soja que em 2014, a despeito das turbulências em seu mercado financeiro e em sua moeda. Mesmo assim, os investidores, em um primeiro momento, temem que uma desaceleração da China afete o consumo do grão.

A onda de aversão a ativos de risco acabou impulsionando o dólar em relação a diversas moedas, o que teve particular efeito negativo sobre os preços do trigo. Os Estados Unidos têm encontrado dificuldades em competir no mercado global do cereal por causa da apreciação de sua moeda. Além disso, previsões de clima favorável a lavouras na Europa também exerceram pressão sobre a commodity.

Mercado internacional de lácteos sob pressão neste semestre. 06/01/2016.

O mercado internacional de lácteos começou 2016 pressionado e deve continuar assim no primeiro semestre deste ano, acreditam analistas. No leilão da plataforma Global Dairy Trade (GDT) - que é referência para o mercado de lácteos -, realizado ontem, os preços dos leites em pó integral e desnatado voltaram a registrar queda.

As cotações do integral caíram 4%, saindo de um valor médio de US\$ 2.304 por tonelada no leilão de 15 de dezembro, para US\$ 2.210, conforme dados divulgados pela

plataforma. Já o leite em pó desnatado alcançou valor médio de US\$ 1.890 por tonelada, levemente abaixo dos US\$ 1.891 de 15 de dezembro passado.

A nova queda registrada neste início de ano reflete o nível elevado de produção de leite na União Europeia - após o fim do sistema de cotas, desde abril de 2015 - e nos Estados Unidos. Decorre ainda do recuo da demanda da China, que vem reduzindo suas importações de lácteos desde o ano passado. Outro importador relevante, a Rússia, também tem demandado menos.

De acordo com Valter Galan, analista da MilkPoint, consultoria especializada em lácteos, a produção deve avançar 1% a 2% na Europa e 0,5% a 1% nos EUA. "Há um crescimento em cima de uma produção que já é grande", afirma.

Ele acrescenta que os estoques de leite em pó desnatado estão em níveis elevados na UE, o que também pressiona o mercado. Em outubro passado, segundo Galan, eram 51 mil toneladas em estoques. Um ano antes, os volumes estocados somavam 12 mil toneladas no bloco.

Diante do quadro de oferta grande e preços baixos do leite, a tendência é que a produção da matéria-prima cresça em ritmo mais lento nos países da União Europeia, avalia o analista. Segundo ele, já há relatos de empresas europeias pagando bônus a produtores que entregarem menos leite. Na Nova Zelândia, a estimativa também é de uma queda de 6% na produção de leite na safra 2015/16.

O especialista da MilkPoint mantém a expectativa de que os preços dos lácteos no mercado internacional comecem a se recuperar no segundo semestre deste ano. Isso vai depender, em grande parte, da volta da China ao mercado. Mas quando isso vai ocorrer ainda é uma incógnita, admite.

Para o Brasil, a expectativa da MilkPoint é de queda de 2% a 3% na produção de leite no primeiro semestre deste ano na comparação com igual período de 2015, quando ficou em 11,8 bilhões de litros, conforme o IBGE. Segundo Galan, os maiores custos por causa da alta de milho e da soja e o recuo no preço do leite desestimulam a produção.

Embarques de grãos confirmam recorde. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 07/01/2016.

Confirmando as expectativas, os embarques de grãos do Brasil encerraram 2015 com um novo recorde, indica levantamento da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). E para 2016, a perspectiva continua favorável a um novo avanço das vendas externas de soja, com um crescimento que pode superar os 7%, enquanto as exportações de milho tendem a ficar estáveis, prevê a entidade.

Nos cálculos da Anec, o Brasil enviou ao exterior 53,06 milhões de toneladas de soja no ano passado, 18% acima de 2014. De milho, foram 30,74 milhões, alta de 46,7% na mesma comparação. Somente em dezembro, o Brasil exportou 5,84 milhões de toneladas de milho, o maior patamar já registrado para um único mês. A Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic) informou no início desta semana um volume ainda maior, de 6,27 milhões.

A disparidade entre os dois números existe em decorrência das metodologias usadas. A Secex baseia-se nos carregamentos sobre os quais todos os documentos oficiais foram entregues, enquanto a Anec leva em conta os line-ups (programações de embarques nos portos do país).

O porto de Santos (SP) seguiu liderando o escoamento de soja, com 12 milhões de toneladas, seguido por Rio Grande (RS), com 11,5 milhões, disse a Anec. Mas rotas alternativas ao Norte do país continuaram a se destacar: os portos de Itaqui (MA), Vila do Conde (PA) e Aratu (BA) movimentaram juntos 9,5 milhões de toneladas da commodity.

Principal destino da soja brasileira, a China ampliou suas compras e respondeu por 77,7% (41,2 milhões de toneladas) da oleaginosa embarcada pelo país. Em 2014, eram 71,5%. No caso do milho, os maiores volumes foram para Vietnã, Irã e Coreia do Sul, a maioria também via Santos.

Para 2016, a Anec espera que as exportações brasileiras de milho se aproximem das 30 milhões de toneladas do ano passado. "Minha sensação é que será de 28 milhões para cima", afirmou Sérgio Mendes, diretor-geral da Anec.

Para a soja, a projeção é de 57 milhões de toneladas, 7,4% acima do ano passado. "Os portos do Sul já atingiram o máximo da capacidade e o El Nino deverá continuar perturbando em termos de chuvas. Por isso, são os portos do Norte que devem escoar esse volume adicional", concluiu Mendes.

Cacau pode virar pesadelo do mercado. Isis Almeida – Valor Econômico, Agronegócios. 07/01/2016.

A commodity de melhor desempenho no ano passado pode se tornar o pior pesadelo do mercado. Depois da maior alta nos contratos futuros de cacau em Londres desde pelo menos 1989, produtores da Costa do Marfim até o Peru se preparam para renovar a oferta do produto na safra 2016/17, que começa em outubro, criando um superávit que, segundo o Rabobank International, será o maior dos últimos seis anos. Com a desaceleração da demanda, os preços da matéria-prima do chocolate são os que despertam o maior pessimismo do banco neste ano.

Os preços do cacau subiram 60% durante um período de quatro anos que se estendeu até o fim de 2015, obrigando fabricantes, como Hershey e Lindt & Sprüngli, a cobrar mais por seus produtos. Em 2015, os padrões climáticos influenciados pelo El Niño impuseram condições de seca que prejudicaram as plantações de cacau, inclusive no oeste da África, responsável por cerca de 70% da oferta mundial. Os contratos futuros de cacau em Londres alcançaram em dezembro 2.332 libras esterlinas a tonelada, a maior cotação desde 2011, quando uma guerra civil conturbou as exportações da Costa do Marfim, o maior fornecedor.

"Esperamos que esses preços internacionais muito bons incentivem a produção", disse o analista Carlos Mera, do Rabobank de Londres. "Não consideramos esses níveis justificáveis dada a estabilidade política vigente na África Ocidental".

O cacau foi uma anomalia no ano passado, ao subir 14% em Londres, quando quase todas as outras principais commodities despencaram. A alta foi a maior dentre as 24 commodities monitoradas pelo índice Spot GSCI da Standard & Poor's, que recuou mais de 25%. O Rabobank diz que os contratos futuros de cacau negociados em Londres poderão cair para 1,8 mil libras esterlinas a tonelada até o quarto trimestre, o que representaria uma perda de 17% em relação ao preço de fechamento da última terça-feira, de 2.163 libras esterlinas a tonelada.

Há cinco principais motivos para a perspectiva pessimista que cerca o cacau. O primeiro deles é que o governo da Costa do Marfim, país responsável por quase 40% da produção mundial, elevou os preços pagos aos agricultores pelo terceiro ano consecutivo. Os cacauicultores receberão mil francos CFA (US\$ 1,62) por quilo durante

a maior das duas colheitas anuais da safra 2015/16, alta de 18% em relação ao ano passado.

Esta é a primeira vez que os agricultores do país têm um preço fixo tão alto ao longo de toda a safra, disse Edward George, diretor de pesquisa em commodities agrícolas do banco Ecobank Transnational, sediado em Lomé, no Togo.

A segunda razão é o enfraquecimento da demanda. Com a alta do custo para os fabricantes de chocolate, muitos recorreram aos estoques, o que reduziu a demanda por novos volumes. As moagens efetuadas pelos processadores em nível mundial, um indicador do consumo, deverão se manter estáveis ou subir não mais que 0,5% na safra 2015/16 iniciada em 1º de outubro, estimou a Cargill, a segunda maior processadora mundial.

Além disso, a Barry Callebaut, a maior processadora e maior fabricante de chocolate a granel, está fechando uma fábrica na Tailândia e reduzindo a produção na Malásia. O motivo é a perda de lucratividade.

Há também um fator climático. O El Niño deve dar lugar a um padrão climático mais favorável, dominado pelo La Niña, que trará mais umidade às plantações, segundo a MDA Weather Services.

Outra razão é o aumento da produção na América Latina. Países da região têm plantado árvores de alta produtividade, segundo a Organização Internacional do Cacau (OICC). A produção do Equador cresceu 6,8% na safra 2014/15, e há expansão na Colômbia e no Peru, informou a entidade. "A oferta começa a aumentar, vinda de regiões como a América Central, na medida em que os produtores recorrem ao cacau para substituir o café", disse Jack Scoville, vice-presidente da corretora Price Futures Group de Chicago.

Finalmente, a expectativa é que depois do déficit de produção de cerca de 150 mil toneladas na safra 2015/16, a oferta mundial supere a demanda em breve. A produção vai ultrapassar a procura em 93 mil toneladas na safra 2016/17, segundo o Rabobank. Se a previsão se confirmar, será o maior excedente de cacau desde a safra 2010/11. (Tradução de Rachel Warszawski)

Exportação do campo deve voltar a crescer. Fabiana Batista, Mariana Caetano e Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 08/01/2016.

Mais competitivo no exterior com o atual câmbio, o agronegócio brasileiro deve exportar mais em 2016. Consultorias projetam aumentos entre 5% e 6% na receita com as vendas externas neste ano, no entanto, ainda insuficiente para anular a amarga queda de 8% a 10% estimada para 2015.

De forma geral, os preços em dólar das commodities agrícolas seguirão pressionados e o diferencial virá dos maiores volumes embarcados, em especial de soja e açúcar. Entre as carnes, o destaque deve ser a bovina. Após cair 10% no ano que passou, a exportação desse produto deve galgar um avanço de dois dígitos. A abertura de mercados importantes, como o chinês, é o fator-chave para essa projeção.

Puxada por soja, carnes e açúcar, as exportações do agronegócio devem alcançar US\$ 80,6 bilhões neste ano, estima a consultoria GO Associados, um aumento de 6% sobre 2015 (US\$ 76,1 bilhões). A estimativa (que não considera produtos como papel e celulose) prevê importação menor (de US\$ 8,8 bilhões, ante US\$ 9,1 bilhões de 2015), e um superávit maior, de US\$ 71,8 bilhões - US\$ 4,8 bilhões acima de 2015. As projeções consideram um câmbio médio para o ano de R\$ 4,04 e que a China, principal cliente do agronegócio do Brasil, terá um PIB de 6%.

Para o complexo soja (grão, óleo e farelo), carro-chefe do agronegócio brasileiro, a GO Associados projeta receita externa de US\$ 30,2 bilhões, abaixo dos US\$ 28,6 bilhões de 2015. Quando se isola o grão dessa análise, a estimativa é de um aumento este ano de US\$ 1 bilhão, para US\$ 22,5 bilhões, efeito dos maiores volumes embarcados, segundo o diretor de pesquisa econômica da GO Associados, Fábio Silveira.

Apesar de divergirem sobre esse volume, é consenso entre fontes do mercado que os embarques da oleaginosa vão crescer neste ano. Nos cálculos da associação que representa os exportadores, a Anec, serão 57 milhões de toneladas, ante 53 milhões de 2015. Mais conservadora, a consultoria FCStone prevê 54,5 milhões. A Abiove, que representa a indústria de óleos vegetais do país, projeta 55 milhões de toneladas.

Mas como os preços vêm ladeira abaixo no mercado internacional, devido ao excesso de oferta, a expectativa da Abiove vai de encontro ao da GO Associados, ao prever que os embarques do "complexo soja" (grão, farelo e óleo) vão cair (e não subir). O número da Abiove é US\$ 25,2 bilhões, aquém dos US\$ 27,381 bilhões previstos para 2015.

O dólar valorizado ante o real, que diminui a competitividade da soja americana, deve seguir contribuindo para o aumento das vendas externas da commodity brasileira, avalia Natália Orlovicin, analista da FCStone. Nem mesmo os temores com a concorrência da Argentina (que reduziu sua tarifa de exportação do grão de 35% para 30%) e com a China devem abalar os embarques do país. "A desaceleração chinesa tem reflexos no curtíssimo prazo, mas no longo, o efeito é gradual".

Em termos percentuais, a Tendências Consultoria projeta movimento semelhante ao da GO Associados para as exportações do agronegócio neste ano: alta de 5,1% em relação a 2015 - em termos absolutos há divergências, devido a diferenças de metodologia. A Tendências calcula para 2016 exportações de US\$ 93,4 bilhões, ante os US\$ 88,8 bilhões estimados para 2015 - os números do Ministério da Agricultura devem sair semana que vem.

"Há crescimento, mas não uma recuperação efetiva das quedas ocorridas nos anos anteriores", observa a analista da Tendências, Marcela Mello. Ela ressalta que, se as vendas externas se confirmarem em US\$ 93,4 bilhões este ano, ainda assim, só serão superiores às de 2010, quando somaram US\$ 74,9 bilhões.

Com os preços deprimidos das commodities agrícolas, o cerne das projeções está nos volumes. Entre os destaques está o açúcar. O Brasil é líder nas exportações globais, com metade do volume transacionado no mundo. A combinação de câmbio favorável e cotações internacionais mais sustentadas - diante da perspectiva do 1º déficit global em cinco ciclos - devem fazer os embarques de açúcar crescerem 8,3%, ou 2 milhões de toneladas, para 26 milhões no ano-civil 2016. Em receita, a alta será de 9,3%, para US\$ 8,3 bilhões, estima a consultoria Datagro.

No setor de carnes, há expectativa de recuperação dos volumes exportados de carne bovina, depois da queda de 10% em 2015 - reflexo da crise que atingiu importantes clientes, como Rússia e Venezuela.

A China, que reabriu seu mercado à carne bovina brasileira ano passado, tende a puxar os embarques. A associação que representa os frigoríficos, a Abiec, estima que apenas as exportações aos chineses devem render US\$ 1,3 bilhão, com um ritmo mensal de embarques de 20 mil a 25 mil toneladas.

Como um todo, a Abiec projeta recorde em volume - avanço de 21%, para 1,7 milhão de toneladas. A receita deve crescer 23%, para US\$ 7,5 bilhões. O setor alimenta ainda

expectativas com os EUA, cuja abertura para carne bovina in natura é esperada para o segundo semestre. A reabertura da Arábia Saudita também terá seu peso.

Para a carne de frango, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) projeta um aumento de 3% a 5% nos volumes exportados em 2016 frente aos 4,1 milhões de toneladas de 2015, também puxado pelo mercado chinês. Se confirmado, o volume será um novo recorde. Mas há preocupações com os preços, lembra o analista César Castro Alves, da MB Agro. Segundo ele, se ficar confirmado que a gripe aviária nos EUA arrefeceu, o país poderá reverter alguns embargos que sofreu, aumentando a oferta global e pressionando as cotações.

Para as exportações de carne suína, a ABPA calcula crescimento de 2% a 3% em volume, mas não divulga previsão de receita. O avanço, no entanto, depende muito do comportamento da Rússia, que absorve 45% das vendas do Brasil.

No caso do café, a expectativa é de que as exportações continuem a crescer em ritmo semelhante ao do mercado consumidor global, que registra uma taxa de 2% a 2,5% ao ano. Nelson Carvalhaes, presidente do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), pondera, no entanto, que ainda é cedo para falar em percentuais.

Pelas estimativas do Cecafé, em 2015, houve pequeno avanço nos volumes e queda na receita na comparação com o ano anterior, quando o setor exportou 36,4 milhões de sacas, com uma receita de US\$ 6,6 bilhões. "O Brasil tem 38% a 40% de market share do consumo global de 150 milhões de sacas de café. Devemos manter essa fatia", avalia. (Colaborou Alda do Amaral Rocha).

ABPA: Exportações de ovos do país cresceram 53,5% em 2015. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 11/01/2016.

SÃO PAULO - Puxadas pelos embarques aos países do Oriente Médio, as exportações brasileiras de ovos in natura e processados totalizaram 18,74 mil toneladas em 2015, crescimento de 53,5% sobre o ano anterior, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) compilados pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Em receita, as exportações de ovos também cresceram. De acordo com a ABPA, as vendas de ovos ao exterior tenderam US\$ 24,1 milhões, avanço de 43,2% na comparação com 2014.

Em nota, o presidente da ABPA, o ex-ministro da Agricultura Francisco Turra destacou o desempenho das vendas para os países do Oriente Médio. “O setor de ovos recuperou-se da retração das vendas para Angola em 2014, investindo na abertura de novos mercados e fortalecendo seus laços com o Oriente Médio”, afirmou Turra.

Em 2015, os países do Oriente Médio importaram 14,22 mil toneladas de ovos do Brasil. Trata-se de um crescimento de 56% na comparação com o ano anterior, segundo a ABPA.

Agronegócio aumenta participação nas exportações brasileiras em 2015. CNA. 11/01/2016.

Segundo a CNA, o milho foi um dos grandes destaques do ano, com as exportações chegando a US\$ 4,94 bilhões em 2015

Brasília (11/01/2016) - Apesar da queda de 9% nas exportações, a balança comercial do agronegócio fechou 2015 com maior participação nas vendas externas do país, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Dos dez principais produtos da pauta exportadora no ano passado, oito foram do setor e responderam por 31,2% do total dos embarques, totalizando US\$ 59,7 bilhões, enquanto em 2014 este percentual foi de 29,2%.

A soja em grão foi o produto que mais contribuiu para o maior peso do agro brasileiro no comércio internacional, com 11% de participação, seguida por carne de frango (3,3%), açúcar em bruto (3,1%), farelo de soja (3%), celulose (2,9%), café em grão (2,9%), milho em grão (2,6%) e carne bovina (2,4%). Apenas o milho em grão e a celulose tiveram alta nas exportações do setor, enquanto o restante dos produtos registrou queda.

Segundo a CNA, o milho foi um dos grandes destaques do ano, com as exportações chegando a US\$ 4,94 bilhões em 2015, 27,3% a mais do que no ano anterior. “O ótimo desempenho da produção, principalmente do milho safrinha, associado à valorização do dólar frente à moeda nacional, elevou a competitividade do milho brasileiro no mercado externo e possibilitou alavancagem nas exportações do produto”, explica a entidade.

Além do consumo in natura, o milho é matéria-prima para vários produtos, como rações e biocombustíveis. As vendas externas de celulose também foram destaque no ano

passado e cresceram 5,5% na comparação com 2014, reflexo da alta do dólar, que ampliou a competitividade no mercado externo, e da alta qualidade do produto brasileiro.

Turbulência na China derruba café em NY. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 12/01/2016.

O colapso ontem nos mercados financeiros globais, reflexo da nova queda das ações chinesas, arrastou consigo os contratos futuros de café arábica negociados na bolsa de Nova York e os preços do grão no mercado interno. Na bolsa americana, os contratos de segunda posição de entrega, que vencem em maio, caíram ontem para o menor valor em quase dois meses, a US\$ 1,168 a libra-peso. Em um dia, a queda foi de 440 pontos. Houve reflexo no mercado doméstico, com queda de 3,84% no indicador Cepea/Esalq do café arábica, para R\$ 483,32 a saca.

O mercado futuro de café vem sendo diretamente afetado pelas turbulências ocorridas desde o início do ano em decorrência da desvalorização das ações chinesas. Desde o primeiro pregão de 2016, em 4 de janeiro, os papéis acumulam perdas de 7%, ou 920 pontos.

"A queda é reflexo do conjunto de notícias do exterior e das incertezas internas na economia", afirmou Nelson Carvalhaes, do Escritório Carvalhaes, em Santos.

A desvalorização do mercado acionário na China tem provocado uma corrida para ativos considerados seguros, o que dá mais impulso para o dólar - além da promessa de alta de juros nos EUA. A alta da moeda americana ante o real também estimula os embarques do Brasil, que é o maior exportador global de café.

Para o primeiro semestre, a perspectiva para as exportações é uma incógnita, já que é período de entressafra e não se sabe quanto há em estoque, observou Carvalhaes. No segundo semestre, as exportações poderão ser favorecidas pelo câmbio e pela colheita da safra 2016/17, para a qual se espera uma recuperação.

"O produtor vem de uma posição grande de comercialização, e com os atuais problemas de seca na soja e o dólar oscilando bastante, as vendas futuras acabaram travando", afirma Ramicés Luchesi, da MT Corretora de Grãos, do município de Nova Mutum (MT).

Com o milho em queda na bolsa de Chicago nos últimos meses, resultado da abundante oferta mundial, os preços da commodity no Brasil vêm sendo sustentados pelo dólar valorizado ante o real. A saca de 60 quilos está atualmente na casa de R\$ 40, mais de 50% acima de um ano atrás, de acordo com o indicador Esalq/BM&FBovespa.

Luchesi, que atua mais fortemente no médio-norte de Mato Grosso, afirma que a saca de milho para entrega futura está sendo negociada entre R\$ 20 e R\$ 20,50, bem acima dos R\$ 17 do mesmo período de 2014.

Na região, uma das mais atingidas pela escassez de chuvas no Estado, a produtividade das primeiras lavouras de soja tem frustrado os agricultores. Os rendimentos oscilam bastante, de 15 a 50 sacas por hectare, e encham o mercado de dúvidas sobre o real tamanho da safra e as condições em que o milho se desenvolverá na sequência.

"Com os altos custos de produção do cereal, os agricultores investiram menos em fertilizantes", observa o Imea, em boletim. A instabilidade climática também põe o potencial produtivo do milho à prova: o instituto já revisou para baixo o rendimento do grão em 2015/16, de 98,1 para 95,5 sacas por hectare. Se o número for confirmado, o recuo será de 10,6% ante 2014/15.

A continuidade das chuvas escassas ou o excesso de precipitações pode diminuir a janela para o plantio de milho em Mato Grosso - já apertada pelos atrasos da soja - e aumentar o risco à produtividade.

Ainda não está muito claro se a área da safrinha de milho em Mato Grosso cairá em função de uma provável quebra na safra de soja, mas o sinal amarelo está aceso. "Os produtores por aqui não descartam uma redução da área na safrinha. Pode ser até que não seja uma queda tão expressiva, mas tudo depende de como ficar o clima", diz Cleida Zilio, gerente comercial de um condomínio que reúne 16 produtores em Campo Novo do Parecis (MT), no oeste do Estado.

A colheita de soja ainda não começou no município, e Cleida acredita que quando as primeiras sacas da oleaginosa saírem do campo, o produtor se sentirá mais seguro para decidir se volta às negociações ou permanece à espera.

Do lado dos compradores, também já houve uma redução do interesse pelas compras antecipadas de milho. O mesmo não se pode dizer do milho disponível, colhido na safrinha passada. "Geralmente, as tradings tomam posição [de compra] até dezembro,

no máximo, e estamos vendo isso acontecer até agora em janeiro", afirma Luchesi. Mas os volumes são pequenos: em Mato Grosso, restam pouco menos de 4% da colheita passada de milho para ser negociada, conforme o Imea.

A perda de força do real em relação à moeda americana tornou o milho brasileiro mais barato, e portanto, mais atraente para os compradores estrangeiros nos últimos meses. Com isso, o país fechou 2015 com exportação de 30,74 milhões de toneladas do produto, 46,7% acima do ano anterior, segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec).

"Houve inclusive registros de exportação de milho para os Estados Unidos [maior exportador mundial do grão], com frete médio de US\$ 10 por tonelada para a Carolina do Norte, saindo do Tegram. Extremamente competitivo", diz Luiz Aguiar, CEO da CGG Trading, que opera o Terminal de Grãos do Maranhão em parceria com NovaAgri/Toyota, Glencore e Amaggi/Louis Dreyfus Commodities. O Brasil encaminhou milho também ao Japão, tradicionalmente atendido pelos EUA.

A CGG aproveitou esse movimento e fechou 2015 com o embarque de 1,7 milhão de toneladas de milho, 26% mais que em 2014. Neste ano, Aguiar diz que a companhia avança no ritmo dos produtores. "Quando eles param, também paramos. Quando começam a fixar [preços], também fixamos", afirma.

Exportações do campo recuaram 9% em 2015. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 12/01/2016.

Pressionadas pela queda das cotações da maior parte das commodities agrícolas no mercado internacional, as exportações brasileiras do agronegócio encerraram o ano passado com retração de quase 9%, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) compilados pelo Ministério da Agricultura.

Em 2015, os embarques do setor renderam US\$ 88,2 bilhões, recuo de 8,8% ante os US\$ 96,7 bilhões registrados em 2014. Apesar desse desempenho, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) destacou ontem que o agronegócio elevou a participação nas exportações totais do Brasil, de 29,2% no ano anterior para 31,2%.

Do lado das importações do setor, também houve queda, conforme o Ministério da Agricultura. No ano passado, as importações de produtos do agronegócio somaram US\$

13 bilhões, montante 21,3% menor que os US\$ 16,6 bilhões de 2014. Com isso, o saldo comercial da balança do agronegócio caiu 6,4%, saindo de US\$ 80,1 bilhões para R\$ 75 bilhões em 2015, conforme o ministério.

"As exportações caíram 8% em valor, mas a queda foi bem menor que as dos outros setores e conseguimos, em tempos extremamente difíceis, um saldo de US\$ 75 bilhões que contribuiu para o saldo total da balança brasileira, apesar da desaceleração da economia", ponderou ontem a secretária de relações internacionais do agronegócio do Ministério da Agricultura, Tatiana Palermo. "O câmbio amenizou a queda de preços", disse ela, durante a divulgação da balança do setor.

Principal produto da pauta exportadora brasileira - inclusive à frente de minério de ferro e petróleo -, o "complexo soja" (inclui grão, farelo e óleo) registrou queda de 11% na receita com as exportações no ano passado, para US\$ 27,9 bilhões. Item mais exportado do complexo, a soja em grão teve queda de 9,8%, para US\$ 20,9 bilhões em 2015. Em contrapartida, as exportações de óleo de soja aumentaram 2%, para US\$ 1,1 bilhão.

Na área de carnes, também houve recuo nas exportações. Ao todo, a receita com as vendas externas de carnes somaram US\$ 14,7 bilhões, diminuição de 15,5%. Por sua vez, as exportações de açúcar e etanol caíram 17,7%, para US\$ 8,5 bilhões, enquanto que a receita com os embarques de café recuaram 7,6%, para US\$ 6,1 bilhões, conforme os dados do Ministério da Agricultura.

Na contramão da maior parte das commodities, as exportações brasileiras de produtos florestais e cereais (basicamente, milho) cresceram em 2015. No ano passado os embarques produtos florestais renderam 3,8% mais que em 2014, alcançando US\$ 10,3 bilhões. No caso dos cereais e fibras, a receita com as vendas externas aumentou 26,7% no ano passado, totalizando US\$ 5,8 bilhões.

Em 2015, a China manteve-se no posto de principal cliente dos exportadores do agronegócio. Na verdade, a participação do país asiático nas compras de produtos do agronegócio brasileiro cresceu mesmo com a redução de 3,6% das exportações. De acordo com o ministério, a China representou 24,1% da receita obtida com as exportações do agronegócio brasileiro em 2015, ante 22,8% em 2014.

Para 2016, a expectativa do Ministério da Agricultura é de recuperação, com aumento de 2% na receita das exportações do agronegócio, projetou a secretária Tatiana Palermo. Se esse crescimento se confirmar, os embarques do setor renderiam US\$ 89,9 bilhões.

"Esperamos também que em 2016 as exportações de carne bovina se recuperem, em volume, depois da reabertura de vários mercados como China e Arábia Saudita, e da ampliação de vendas para a Rússia, para onde já estamos vendendo mais de 50%", afirmou ela.

Brasil busca aval de cotonicultores dos EUA para parceria em pesquisa. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 12/01/2016.

Com R\$ 1,5 bilhão em caixa, o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA) - criado para gerir os recursos pagos pelos EUA após condenação na Organização Mundial do Comércio (OMC) devido aos subsídios dados aos seus cotonicultores - não tem conseguido usar o dinheiro para atender uma das mais importantes demandas do setor: o desenvolvimento de uma variedade de algodão transgênico resistente ao bicudo. O inseto afeta atualmente todas as regiões produtoras do Brasil e gera, sozinho, custo adicional de US\$ 200 milhões por ano aos produtores.

Desde 2011, o Brasil recebeu dos EUA US\$ 850 milhões, mas nenhum centavo pôde, até 2014, ser aplicado em pesquisas, devido a restrições impostas pelos americanos no acordo selado na OMC. Apenas no fim de 2014, os americanos flexibilizaram algumas regras, permitindo aporte em pesquisas, desde que, realizados em parceria com institutos ou universidades americanas.

O problema é que o longo contencioso na OMC, travado por mais de dez anos entre Brasil e EUA, também arranhou a relação entre os produtores dos dois países. E agora, há um impasse político a resolver, na medida que as universidades americanas resistem a firmar parcerias com os brasileiros, sem o aval da National Cotton Council (NCC), a associação que representa os cotonicultores daquele país, e uma relevante financiadora dessas instituições.

O Brasil tem tecnologia para desenvolver sozinho um algodão transgênico resistente ao bicudo e, inclusive, já criou plantas com o gene, diz Liv Soares Severino, chefe de pesquisa da Embrapa Algodão - instituição que há uma década realiza a pesquisa em parceria com universidades e instituições nacionais.

No entanto, até agora, o que foi percorrido foi apenas uma etapa. Severino reconhece que essa planta, já nos campos experimentais da Embrapa, ainda está distante do ponto

ideal para ser comercializada. Não basta, explica ele, ter o gene contra o bicudo. É preciso que ele [gene] se "expresse" com uma elevada eficiência. "Não adianta ter um controle do inseto de 10% a 20%, ou seja, ser eficaz no início do ciclo da planta, mas não em todo o ciclo. Ou ainda, estar expresso na folha da planta, sendo que é no capulho [onde se desenvolve a fibra do algodão] que o bicudo ataca", explica ele.

Severino defende a parceria com universidades dos EUA, não somente como forma de acelerar o desenvolvimento dessa primeira variedade transgênica resistente ao bicudo, mas também porque isso agregaria mais recursos e conhecimento no projeto todo, que inclui o processo burocrático de aprovação dessa variedade no Brasil e nos países para os quais o algodão brasileiro é exportado. Essa etapa, segundo ele, pode levar de cinco a dez anos, e tende a consumir ainda mais recursos que a fase de desenvolvimento.

Além disso, afirma, após o lançamento da primeira planta transgênica, as pesquisas precisam continuar para que o produto seja atualizado. A parceria com os pesquisadores americanos tende a tornar o processo mais rápido e menos oneroso. "Isso é preciso, pois o bicudo vai, em algum momento, quebrar a resistência e precisamos estar preparados para lançar outras tecnologias".

Em busca desse acordo com os produtores americanos de algodão, os brasileiros devem se reunir em março com a NCC para obter uma posição sobre a parceria, afirmou ao **Valor** o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), João Carlos Jacobsen. A entidade mantém nos EUA um representante que conversa constantemente com produtores e pesquisadores locais para alinhar esse acordo.

Apesar de ser hoje um problema na América Latina, eliminar o bicudo também é do interesse dos Estados Unidos, o maior exportador de algodão do mundo, afirma o presidente do IBA, Haroldo Cunha. As áreas com a cultura no Texas fazem fronteira com as lavouras mexicanas, que apresentam uma incidência maior do bicudo e são uma ameaça constante, argumenta.

Presente na América Latina, o bicudo já foi mais controlado no Brasil, mas nos últimos anos sua incidência aumentou. Uma combinação de fatores explica a situação, entre elas, o clima tropical, o descuido do produtor na eliminação da soqueira (restos da planta que ficam no solo após a colheita) e o aumento da área de algodão transgênico, que torna mais difícil a eliminação dessas soqueiras que viram foco de reprodução do inseto, elenca Liv Soares Severino, da Embrapa Algodão.

"A praga está completamente fora de controle no Brasil, em um nível muito acima do aceitável. No estágio inicial, deveriam aparecer um ou dois insetos em cada armadilha na lavoura. Mas estão aparecendo de 20 a 50 insetos", afirma Severino.

USDA surpreende e corta projeção para soja nos EUA. Mariana Caetano, Camila Souza Ramos e Fabiana Batista – Valor Econômico. 13/01/2016.

Um corte surpreendente nas projeções para a safra 2015/16 de soja e milho nos EUA elevou os preços das duas commodities na bolsa de Chicago ontem, mesmo com a indicação de aumento nos estoques do país no início de dezembro.

Em seu novo relatório de oferta e demanda mundial, o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) reduziu em 1,4 milhão de toneladas (1,3%), para 106,95 milhões de toneladas, sua projeção para a colheita de soja no país, já encerrada. Ainda assim, o volume é recorde, ligeiramente acima das 106,88 milhões de 2014/15. A revisão levou em conta uma queda na previsão de área colhida (0,6%) e na produtividade (0,3%), em relação a dezembro.

"Foi uma surpresa. O mercado apontava um 'range' [faixa] que podia cair, mas a estimativa média era para uma alta na produção de soja", disse Luiz Fernando Gutierrez, consultor da Safras & Mercado. O que se percebe agora, segundo ele, é que o USDA "superestimou" a área da oleaginosa nos EUA.

Com a perspectiva de produção americana menor que o esperado, o USDA reduziu de 320,11 milhões para 319,01 milhões de toneladas sua projeção para a safra global de soja em 2015/16. O volume, entretanto, permanece superior às 318,80 milhões de 2014/15. A estimativa para o estoque final mundial, por sua vez, caiu para 79,28 milhões de toneladas, ainda acima das 76,93 milhões da última temporada.

O USDA informou, também ontem, que os EUA detinham em 1º de dezembro um volume estocado de soja 7% superior ao da mesma data de 2014, com 73,75 milhões de toneladas. Mesmo assim, os contratos de segunda posição da oleaginosa (que costumam ter maior liquidez), com entrega em março, fecharam em alta de 1,54%, a US\$ 8,7450 por bushel.

No Brasil, a despeito das preocupações com o clima seco em importantes regiões produtoras de soja, o USDA não alterou suas projeções: colheita de 100 milhões de

toneladas e exportação de 57 milhões. Para a Argentina, o USDA manteve a projeção de produção de 57 milhões de toneladas.

No caso do milho, o USDA reduziu de 973,87 milhões para 967,93 milhões de toneladas sua estimativa para a safra global em 2015/16. Também nesse caso, o motivo foi uma revisão para baixo nos EUA, com um recuo de 1,33 milhão de toneladas, para 345,49 milhões - 4,3% abaixo de 2014/15.

O órgão apontou ainda que os estoques de milho nos EUA somavam 284,49 milhões de toneladas em 1º de dezembro, um aumento marginal sobre o mesmo período de 2015. Os lotes do grão para maio fecharam ontem com ganhos de 1,33%, a US\$ 3,6225 por bushel.

Já os preços do trigo de mesmo vencimento registraram alta mais expressiva. O avanço ocorreu mesmo depois de o USDA elevar sua estimativa para a produção global do cereal em 2015/16, de 734,93 milhões para 735,39 milhões de toneladas. A menor perspectiva de plantio de trigo de inverno nos EUA ajudou a sustentar as cotações.

FAESC preocupada com importação de frutas da China. CNA. 14/01/2016.

Florianópolis / Santa Catarina (14 de janeiro de 2016) - A cadeia produtiva da fruticultura catarinense está preocupada com a possibilidade de ingresso da maçã chinesa no mercado brasileiro. A questão é fitossanitária e mercadológica: a China convive com pragas que já foram erradicadas no Brasil e pratica preços muito baixos porque mantém subsídios ao produtor – o que é condenado pela Organização Mundial do Comércio.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina - FAESC vem alertando o governo sobre a questão. No início de dezembro, a ministra da agricultura Kátia Abreu assegurou ao presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, que em 2016 não será autorizada a importação de maçã, mas, sim da pêra chinesa. Em contrapartida, os chineses consumirão o melão brasileiro.

A notícia não acalmou os produtores catarinenses, explica o vice-presidente da faesc Antônio Marcos Pagani de Souza, que participou de audiência pública na Câmara dos Deputados e de reunião no Ministério da Agricultura. As exigências fitossanitárias

para a pêra são iguais às da maçã. “Isso significa que, aprovada a importação da pêra, estará tecnicamente aberta à futura e eventual importação da maçã.”

O mundo produz 80 milhões de toneladas e a China, sozinha, responde por quase 50% o que significa 39,6 milhões de toneladas. O Brasil produz apenas 1,3 milhão de toneladas. Mas não é só o gigantesco poderio da China que assusta os catarinenses. Em razão dos subsídios e baixo custo da mão de obra, o produto chegaria ao mercado muito abaixo dos concorrentes.

Por isso, a FAESC alerta que a abertura do mercado brasileiro para a fruta da China prejudicará as condições de competitividade dos produtores catarinenses. O subsídio do governo chinês permite que a maçã daquele país chegue a um preço abaixo do praticado por produtores catarinenses. Uma caixa de 20 quilos de maçã chinesa pode chegar a R\$ 34 no Brasil, quando a caixa do fruto pode alcançar R\$ 60 no segundo semestre deste ano.

“Nossa sorte é que a maçã da China é de má qualidade, tanto assim que a Europa recusa esse produto”, expõe Pagani, que adverte: “pode ocorrer com a maçã o que aconteceu com a produção de alho brasileira na década de 1990. Quando houve a abertura para o mercado chinês, muitos agricultores abandonaram o cultivo por impossibilidade de concorrer.”

O Brasil é o único país livre de pragas conhecidas como traça-da-maçã ou *cyndia pomonella*. Com a introdução da maçã chinesa, essa praga pode reingressar. A FAESC sabe que cedo ou tarde a maçã chinesa chegará ao Brasil se o Ministério da Agricultura realizar a Análise de Risco de Pragas (ARP) e constatar que a importação de maçãs da China não oferece risco significativo à produção agrícola nacional. Nesse caso, o Brasil como país membro da Organização Mundial do Comércio deve permitir a importação de maçãs daquele país.

Santa Catarina responde pela metade da safra brasileira de maçã e 75% dos produtores do País. Cerca de 1.700 produtores geram 650 mil toneladas por ano, movimentando mais de 2,3 bilhões de reais e sustentando 40 mil empregos durante a colheita.

Os principais importadores da maçã *in natura* do Brasil são Holanda, Reino Unido, Bangladesch, Alemanha, Irlanda, França, Portugal e Espanha. Os principais compradores do suco de maçã são Estados Unidos, Japão, África do Sul, Trinidad e

Tobago, Holanda, Alemanha, México e Porto Rico. As receitas cambiais totalizaram 54 milhões de dólares no ano passado.

Projeto na Câmara quer dificultar importação de grão verde. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 14/01/2016.

Um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados pode ampliar ainda mais a pressão de cafeicultores de Minas Gerais e Espírito Santo para que o Ministério da Agricultura não autorize pedidos da indústria brasileira para importação de café verde de países como Peru e Etiópia.

De autoria do deputado capixaba Evair de Melo (PV), o projeto 1.712/2015, propõe restringir a entrada do grão proveniente de países que não adotarem normas ou leis ambientais compatíveis com as vigentes no Brasil.

De acordo com o projeto, "quando se tratar da importação de café verde, in natura ou grão cru" a Câmara de Comércio Exterior (Camex) ficará obrigada a adotar "medidas de restrição às importações de bens de origem agropecuária ou florestal produzidos em países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com as estabelecidas pela legislação brasileira".

Conforme a legislação atual, a Camex já tem essa prerrogativa, mas não de maneira obrigatória, explica Melo. "Não quero proibir, até porque não é possível por lei, mas meu projeto visa exigir equidade na legislação ambiental para países que queiram exportar café verde para o Brasil", disse o deputado ao Valor.

O projeto já foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados e ainda precisa passar pelas comissões de Agricultura e de Constituição e Justiça, sem tramitar no plenário da Casa. E de lá, o projeto segue direto para comissões do Senado.

Em maio do ano passado, o Ministério da Agricultura recuou da decisão de autorizar a importação de café verde em grão do Peru e atualmente analisa pedido da multinacional suíça Nestlé para importação de café arábica da Etiópia.

Exportações da agropecuária são responsáveis por 9% do PIB do Rio Grande do Sul em 2015. CNA. 14/01/2016.

Porto Alegre / Rio Grande do Sul (14 de janeiro de 2015) - Mesmo com queda de 4,6% na comparação com 2014, os US\$ 11,629 bilhões exportados pelo agronegócio gaúcho correspondem a 9% do total do Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul em 2015. No total, foram 20,414 milhões de toneladas comercializadas pelo setor no mercado internacional no ano. Os dados estão no Relatório de Comércio Exterior do Agronegócio do Rio Grande do Sul, divulgado pela Assessoria Econômica do Sistema FARSUL nesta quinta-feira.

Convertido em reais, o resultado apresenta um crescimento de 40% injetados diretamente no estado com origem no comércio exterior, em consequência da taxa de câmbio. “Se os preços internacionais não tivessem caído tanto, a contribuição do agronegócio seria ainda maior na nossa economia”, avalia o economista-chefe do Sistema FARSUL, Antônio da Luz. A afirmação é baseada no aumento do volume exportado em 2015, que foi 28,4% maior do que em 2014.

O total exportado em dezembro do ano passado atingiu a soma de US\$ 639 milhões, redução de 24,4% na comparação com novembro de 2015 e de 19,4% em relação a dezembro de 2014. Já o volume comercializado apresentou queda de 21,8% entre os dois últimos meses de 2015 e aumento de 10,23% na comparação com o último mês de 2014.

Produção familiar por toda a parte. Gabriella Bontempo. Site do MDA, 15/01/2016.

A agricultura familiar brasileira tem um papel fundamental no abastecimento interno do país. Estima-se que aproximadamente 70% do que é consumido pela nação vêm diretamente desses estabelecimentos agropecuários. No entanto, a produção também alcança mercados internacionais. Em 2015, os empreendimentos ligados à agricultura familiar exportaram para 55 países, localizados em todos os continentes do mundo.

O chefe substituto da Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (AIPC/MDA), Leonardo

Recupero, explica que as exportações podem ser feitas de forma direta, pela própria cooperativa; e de forma indireta, por meio de parcerias comerciais.

“Estudos apontam que aproximadamente 25% das exportações brasileiras do setor agropecuário têm alguma ligação com a agricultura familiar, somando as possibilidades de comercialização direta e indireta”, comenta. Entre os produtos vendidos ao exterior estão café, mel, arroz, castanhas e sucos.

Do interior da Bahia

Quem viu outros países se renderem ao sabor do Brasil não esconde o orgulho. Benedita Varjão Barbosa, uma das representantes da Cooperativa de Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá na Bahia (Coopercuc), conta o sucesso que os frutos da Caatinga fizeram no exterior.

“Vivemos, por muito tempo, ouvindo e mostrando o Nordeste como terra de ninguém, que nada era bom aqui. Hoje, fazemos diferente. Queremos mostrar que o Nordeste é viável, que temos frutos bons. Já vendemos para a Alemanha, a Áustria e a França”.

A Coopercuc, criada em 2004, é formada por mais de 200 cooperados. O grupo produz compotas, doces, geleias e sucos de diversos frutos, como o umbu – nativo da região. “Por causa da exportação e da valorização do nosso trabalho, desse fruto, estamos ampliando ainda mais a nossa produção, agora com a polpa de umbu”, explica.

O segredo do sucesso, afirma Benedita, foi a participação em feiras nacionais e internacionais. “Esses eventos nos deram visibilidade. Foi uma oportunidade para mostrar a nossa cara, o nosso produto, a nossa história”, recorda.

Apoio governamental

A participação nas feiras é um dos suportes do governo federal à comercialização. “O MDA capacita e apoia os empreendimentos familiares para exportarem e exporem seus produtos nesses eventos. No ano passado, 17 estabelecimentos da agricultura familiar participaram de feiras internacionais relevantes na Alemanha (Biofach), no Peru (Expoalimentaria) e na África do Sul (Saitex) e prospectaram, aproximadamente, US\$ 30 milhões de dólares em negócios”, ressalta Recupero.

No próximo mês, mais **oito grupos produtivos da agricultura familiar** participarão da Biofach 2016, considerada a maior feira de orgânicos do mundo, com o apoio do MDA. O evento será realizado em Nuremberg, na Alemanha, nos dias 10 a 13 de fevereiro. O

estande de 85m², localizado no Hall 2 #432, junto a outros países, levará a marca da agricultura familiar brasileira.

Monsanto e a Fundação Gates pressionam o Quênia para suspender a proibição de transgênicos. Site do MST, 18/01/2016.

Devido a pressões corporativas o Quênia retira as proibições aos cultivos transgênicos com todas as suas implicações.

Os planos para a África como um celeiro futuro do mundo já foram decididos pelas corporações, tão somente atrasados pelos planos extrativistas ou bélicos regionais. Agora mesmo difundem-se em sua propaganda, sob o nome de “Nueva Revolución Verde” (Nova Revolução Verde) da agricultura hiperintensiva e Supercultivos empurrada pela “Nueva Crisis Alimentaria” (Nova Crise Alimentar) criada pelo sistema capitalista, as corporações ergo. Ação, reação, solução.

Continuam os esforços das grandes corporações para introduzir os transgênicos a qualquer preço. Por quê? Em vista das resistências encontradas em todo o planeta, não seria lógico produzir sementes não modificadas? Evidentemente não, por três motivos fundamentais, três mercados:

As sementes modificadas são estéreis e por isso têm que ser compradas todos os anos. Produzir semente normal implicaria na volta das plantações, perdendo cota de mercado primário. Procuram evitar a renovação dos cultivos a todo custo e manter as situações de dependência.

As sementes modificadas são resistentes a seus agrotóxicos. Produzir semente normal, não resistente, suporia perder este mercado secundário.

As sementes são o meio utilizado para vender pacotes de produtos, mercados terciários ou acessórios: seguros, equipamento agrário, tecnológico e serviços.

As sementes são usadas como se fossem estrangeiras, e as corporações exerceriam as funções de bancos e estados e aplicariam políticas monetárias. A semente é emprestada, assegurada e compra-se o produto, processa e vende, convertendo as corporações em monopólios e monopsonios. Por último, compram-se grandes extensões de terra, acumulação, que são alugadas para os produtores, sendo total a dependência. O

resultado da agricultura extensiva é uma diminuição da população rural que vai para os guetos das cidades.

Ambientalmente os agrotóxicos reduzem a biodiversidade e aumentam a perda de solo fértil, suplantado por fertilizantes. Isto é realmente caro. Aqui está um post muito eloquente: Camino a Gaia: El fracaso de la Revolución Verde. Los peores rendimientos agrícolas en la historia de la humanidad (Caminho para Gaia: O fracasso da Revolução Verde. Os piores retornos agrícolas na história da humanidade). Isso é porque há uma barreira natural intransponível que nem mesmo os transgênicos podem superar e é que, por mais agrotóxicos ou inovações que se introduzam, há um pico de produção de terras e cultivos, um máximo de toneladas produzidas por hectare. Isto implica um limite ao intensivismo, cuja única possibilidade de expansão é a extensão de cultivos por desmatamento; uma perda de mais de 50% da cobertura vegetal remanescente calculada pelo menos desde 1996, praticamente toda a selva africana central.

No entanto na Cúpula do Clima em Paris, último encontro internacional de potências industriais para resolver os problemas das mudanças climáticas, não se acredita que isso afete o clima. Seus planos de acumulação continuam.

Monsanto e Fundação Gates pressionam Quênia a abandonar as proibições dos organismos geneticamente modificados (GMOs, na sua sigla em inglês) - Artigo publicado pela EcoWatch no dia 07-01-2016.

O Quênia está prestes a revogar a proibição de organismos geneticamente modificados (GMO em sua sigla em inglês). Este país da África Oriental, que proibiu a importação e cultivo de transgênicos desde 2012 devido a preocupações com a saúde, em breve poderá permitir o cultivo de milho e algodão transgênicos, após ser pressionado para essa aprovação por organizações pró-transgênicos, incluindo a Monsanto, a gigante do agronegócio e a maior produtora de sementes do mundo.

Se fizer isso, o Quênia se tornará o quarto país africano a permitir o cultivo de culturas geneticamente modificadas depois da África do Sul, Burquina Faso e Sudão.

Segundo a Mail & Guardian Africa, a possível reversão sobre os transgênicos no Quênia ocorreu depois que a Autoridade Nacional de Biossegurança do país recebeu um pedido da Organização de Pesquisa Agrícola e Agropecuária do Quênia (KALRO, na

sigla em inglês) e da Fundação Africana de Tecnologia da Agricultura (AATF, na sigla em inglês) para permitir o milho Bt, e outra solicitação da filial queniana da Monsanto para permitir o algodão Bt. Os cultivos Bt têm sido bioengenhadados com genes da bactéria do *Bacillus thuringiensis* Bt, capaz de matar mariposas e borboletas.

“Recomendamos a suspensão da proibição”, disse o CEO da Autoridade Nacional de Biossegurança Willy Tonui. “Agora temos o controle das fronteiras, vigilância e um forte sistema regulador”.

No dia 21 de novembro de 2012, o Ministério de Saúde Pública do Quênia ordenou aos funcionários de saúde pública que eliminassem todos os alimentos transgênicos no mercado e que fizessem ser cumprida a proibição das importações de transgênicos. O Ministro de Saúde Pública, Beth Mugo, apresentou sua dúvida (em vídeo) sobre a segurança dos transgênicos durante uma reunião de gabinete do Quênia, citando um (já retirado) estudo francês que relacionava o câncer em ratos com o consumo de alimentos transgênicos.

Espera-se que a Autoridade Nacional de Biossegurança tome sua decisão sobre a semente de milho Bt no dia 31 de janeiro de 2016 e logo em 28 de fevereiro para a semente de algodão Bt, de acordo com Tonui.

Os cientistas da KALRO e da AATF querem permitir as sementes de milho Bt para a produção em massa dos agricultores. Como descreve Bloomberg, o milho é um alimento básico importante no Quênia e se beneficiariam dos cultivos resistentes a pragas:

“O Quênia é o maior consumidor de milho per capita da África e o segundo maior mercado de sementes, segundo a Bloomberg Inteligencia. O consumo anual de milho estima-se em 103 kg (227 libras) por pessoa, segundo a Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês). Em 2011, o Quênia tornou-se a primeira nação africana a informar sobre um surto da doença da Necrose Letal do Milho, que pode acabar com plantações inteiras de agricultores, disse a FAO em seu portal”.

“A indústria está em um estado lamentável”, escreveu Waturu no relatório Investigación del Progreso del Algodón Bt (Pesquisa do Progresso do Algodão Bt). “Em 1985, produzia-se 70.000 fardos de algodão, mas em 2013 só poderiam produzir 20.000. No mesmo ano, Tanzânia e Uganda produziram 700.000 e 400.000 fardos, respectivamente”.

Ainda assim, a adoção iminente de transgênicos no Quênia tem sido recebida com fortes protestos de seus opositores. Em setembro de 2015, os ativistas se reuniram em Nairobi contra a suspensão da proibição dos organismos geneticamente modificados, citando razões de saúde.

“Devemos resistir pela economia do nosso país e lutar pelos direitos dos nossos agricultores. A biotecnologia não é ruim, mas a introdução de alimentos geneticamente modificados é antiético e perigoso”, disse a especialista em nutrição Hellen Ngema.

A suspensão da proibição também é percebida como uma peça de teatro que beneficiará as grandes multinacionais como a Monsanto e outras organizações poderosas.

A possível derrogação sobre os transgênicos no Quênia sucede a “pressão” da Monsanto, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês), e da Fundação Gates, de acordo com um relatório elaborado pela RT.

O artigo cita o “Milho Eficiente da Água para África” da Monsanto, um projeto de desenvolvimento de cinco anos realizado pela AATF com sede no Quênia, que tem como objetivo desenvolver uma variedade de sementes de milho tolerante à seca. Na verdade, como o site diz, o projeto é financiado pela Fundação Gates, USAID e Fundação G. Buffett.

A RT informou que, em 2008, a AATF recebeu \$47 milhões da Fundação Gates.

O argumento a favor dos transgênicos é controverso, no mínimo. O campo pró-transgênicos promove a tecnologia como uma solução para a desnutrição e segurança alimentar mundial, uma vez que estes cultivos foram geneticamente corrigidos com certos benefícios nutricionais e/ou despedaçados e lembrados para resistir a certos patógenos.

Bill Gates, por sua vez, é conhecido por ser pró-transgênico, especialmente pelos supostos benefícios dos cultivos para países africanos propensos à seca.

Em fevereiro de 2015, o magnata e filantropo disse ao The Verge Magazine que “as sementes derivadas de transgênicos forneceram muito melhor produtividade, melhor tolerância à seca, tolerância ao sal, e se a segurança está comprovada, então os países africanos estarão entre os maiores beneficiários”. [Vídeo: Entrevista de Bill Gates: Como o mundo vai mudar em 2030, 22-01-2015].

A The Verge aponta em um relatório que a Fundação Gates Ativos de Confiança (Foundation Trust - Bill & Melinda Gates Foundation), que administra os bens da fundação, comprou antecipadamente ações da Monsanto. De fato, em 2010, revelou-se que a carteira de investimentos da Fundação Gates tinha 500.000 ações da Monsanto com um valor estimado de \$23,100 milhões comprados no segundo trimestre de 2010 (aqui o relatório da Comissão de Valores Mobiliários de 30-6-2010).

O porta-voz da Fundação Alex Reid disse ao The Verge que o Trust não tem obtido ações da Monsanto há "alguns anos" e acrescentou que o Trust é gerido separadamente e não recebe informações sobre o que a Fundação investe.

Enquanto isso, a Monsanto ocupa manchetes por seus problemas de negócios e benefícios escassos.

De acordo com a Associated Press, 06-01-2016, a assediada empresa “eliminará outros 1.000 postos de trabalho e implementará um plano de redução de custos projetado para lidar com a queda nas vendas de sementes de biotecnologia de milho e outros reveses financeiros”.

A Monsanto cortará 3.600 empregos nos próximos dois anos, cerca de 16% de sua força de trabalho global.

Países Baixos ganham espaço na salada brasileira. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 18/01/2016.

Para driblar a falta de cebola brasileira em 2015, os distribuidores de hortifrúti importaram o maior volume da olerícola ao menos desde 1997, sobretudo da Europa, já que a produção da Argentina também sofreu com o excesso de chuvas. Foram importadas 270,3 mil toneladas de cebola fresca ou refrigerada, 80% acima das 150,6 mil de 2014. Em valor, a alta foi ainda maior, de 123%, saindo de US\$ 40,4 milhões em 2014 para US\$ 90,3 milhões em 2015, conforme dados levantados pelo **Valor** a partir do sistema de estatísticas do Ministério da Agricultura.

O aumento das importações foi um dos motivos para a disparada dos preços do produto no mercado interno, já que ocorreram em um momento de alta do dólar.

Os argentinos exportaram menos cebola ao Brasil em 2015 porque a quebra de safra no país sustentou os preços domésticos do produto e tornou o mercado interno mais

atrativo, segundo Douglas Silveira, agrônomo da Coopacer, associada ao Instituto Brasileiro de Horticultura (Ibrahort).

Os Países Baixos ultrapassaram a Argentina e assumiram a dianteira do fornecimento de cebola ao Brasil em 2015, com 125,8 mil toneladas exportadas, o equivalente a 47% do produto importado pelo país. Em 2014, holandeses e belgas haviam fornecido apenas 10% de toda a cebola importada pelo Brasil no ano.

Outro destaque foi a Espanha, que exportou 46,2 mil toneladas do produto e garantiu participação de 17% nas importações nacionais, contra apenas 7% no ano anterior. Os espanhóis, porém, não conseguiram superar a marca dos argentinos, que venderam ao Brasil 79,2 mil toneladas de cebola e ficaram com fatia de 29% das importações do Brasil - tinham 82% em 2014.

Otimismo cauteloso com as exportações de lácteos. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico, Agronegócios. 18/01/2016.

Depois de fechar 2015 com mais um déficit na balança comercial, o setor de lácteos inicia o novo ano mais otimista, ainda que o tom seja de cautela. No ano que passou, as exportações brasileiras de lácteos somaram US\$ 319,2 milhões, 8% abaixo do registrado em 2014. No mesmo período, as importações brasileiras do setor também caíram, 6%, e totalizaram US\$ 419 milhões.

Para este ano, diz Marcelo Martins, diretor-executivo da Viva Lácteos, que reúne empresas do setor, a expectativa é de que a receita com as vendas externas possa alcançar até US\$ 450 milhões, ou cerca de 40% acima de 2015.

A abertura de novos mercados e a consolidação daqueles para os quais o Brasil já exporta devem sustentar o crescimento, avalia Martins. Ele acrescenta que o câmbio atual também é um estímulo às vendas ao exterior, embora os preços internacionais dos lácteos estejam pressionados em decorrência, principalmente, do desaquecimento da demanda. Mas a expectativa, diz, é de que as cotações se recuperem a partir do segundo semestre deste ano, outro fator que favoreceria as exportações.

Um dos desafios do setor este em 2016 é reduzir o que Martins chama de "venezuelodependência". No ano que passou, 75% da receita com as exportações de lácteos veio das vendas à Venezuela. "A Venezuela é boa oportunidade para o Brasil,

mas não se pode colocar todas as fichas nela. Temos de ampliar o leque de países importadores", afirma.

Os passos para diversificar os clientes estão sendo dados. Após a abertura do mercado russo em 2015 para os lácteos do Brasil - o país já embarcou 182 toneladas de manteiga e 248 de queijos ano passado à Rússia e há potencial para dobrar o volume este ano -, a expectativa é abrir efetivamente a China, maior importador global de lácteos que se retraiu no mercado em 2015. Oito plantas estão em processo de habilitação para exportar leite em pó, principalmente.

Conforme Martins, neste momento, as empresas que querem exportar ao mercado chinês estão respondendo a questionários com informações sobre sanidade. Esse questionário tem de ser validado pelo Ministério de Agricultura, que faz a solicitação de habilitação à China.

O setor também espera a habilitação de plantas, ainda neste semestre, para exportar leites em pó e condensado ao Panamá. Há ainda uma negociação de acordo tarifário com o México, acrescenta o diretor-executivo da Viva Lácteos.

Medidas de promoção comercial, em conjunto com a Apex, também estão no planejamento da Viva Lácteos. Além de novos mercados, clientes como Angola, Arábia Saudita, Argélia, Egito e Emirados Árabes, estão no foco, segundo o dirigente.

Na visão de Martins, não há espaço para aumento das importações este ano. " A importação deve continuar nos mesmos patamares, com possibilidade de queda porque não tem aumento de demanda que justifique uma alta". Ele reitera a necessidade investimentos em tecnologia, melhora da competitividade e a adequação dos marcos regulatórios do país para elevar as vendas externas de lácteos.

78% das exportações do Paraná vem da atividade agropecuária. CNA. 19/01/2016.

Curitiba / Paraná (19 de janeiro de 2016) - A balança comercial do Paraná encerrou 2015 com saldo positivo de US\$ 2,46 bilhões valor maior que o obtido em 2014 (déficit US\$ 963,6 milhões). O valor exportado pelo Estado foi de US\$ 14,9 bilhões, 8,71% inferior a 2014 e o menor valor exportado nos últimos cinco anos, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

É importante destacar que a redução no valor exportado pelo Estado não foi uma particularidade do Paraná, ou seja, menor valor exportado também foi registrado para o Brasil e para a grande maioria dos estados. O valor exportado pelo Brasil em 2015 recuou 15,1% e foi o menor valor exportado desde 2009. Em relação a 2014, todos os estados da região Sudeste, Sul, Centro-oeste apresentam recuo no valor exportado, com quedas respectivas de (-18,65%), (-8,96%) e (-12,36%).

As regiões Norte e Nordeste, tiveram recuos médios de (-7,91%) e (-24,95%). Na verdade, o valor exportado pelo Paraná recuou menos que a média nacional e neste ponto se destaca o papel fundamental do agronegócio.

Em 2015, o valor exportado pelo agronegócio representou 78% do valor total exportado pelo Paraná, marcando o ano com a maior participação já registrada na série histórica, desde 2000, segundo dados do MDIC. O valor exportado pelo agronegócio totalizou US\$ 11,64 bilhões, com a quantidade recorde exportada de 22,45 milhões de toneladas.

O valor exportado pelo agronegócio recuou 7,83% em relação a 2014, apesar do aumento de 13% na quantidade exportada. As exportações de outros produtos apresentou recuo de 11,72% em relação a 2014. O saldo positivo do agronegócio contribuiu para o fechamento superavitário da balança comercial do Estado, considerando também a redução das importações. Por este lado o agronegócio também registrou participação com recuo de 31,32% no valor importado.

A quantidade recorde exportada pelo agronegócio paranaense foi impulsionada pela desvalorização da moeda brasileira, que tornou os produtos brasileiros mais competitivos no comércio internacional. Por outro lado, o valor exportado retraiu com o menor preço global das commodities. Segundo o índice de preço dos alimentos da FAO, que mede os preços médios de cinco grupos de commodities, o recuo nos preços dos alimentos, em relação a 2014 foi de 19%, e isso refletiu no valor exportado pelo Paraná e outros estados.

Nas exportações brasileiras do agronegócio, a participação do Paraná foi de 13,19% como terceiro maior estado exportador, antecedido por São Paulo e Mato Grosso. O principal parceiro comercial do Estado foi a China (27%), seguido pela União Europeia (15%), Arábia Saudita (5%), Estados Unidos (4%), Índia (4%), entre outros. Composição pouco diferente das participações do agronegócio nacional (China 24,12% e União Europeia 20,7%).

A soja em grãos, principal produto exportado pelo Estado, registrou exportações recordes de 7,78 milhões de toneladas, com redução de 10% no valor exportado em relação a 2014. O preço médio de exportação recuou 24% no período, sob o efeito da relação confortável entre oferta e demanda com safras volumosas no hemisfério norte e sul. A China foi o destino de 90% das exportações de soja em grãos do Paraná.

O complexo carne apresentou redução de 2% no valor exportado, principalmente devido à queda no valor exportado de carne bovina (-30%), que também apresentou redução na quantidade exportada (-19%) e no preço médio de exportação. Dentre deste grupo o destaque foi a carne de frango, que respondeu por 20% das exportações do agronegócio paranaense, atingindo recorde na quantidade exportada, e colocando o Paraná no ranking de maior exportador nacional. Os principais mercados da carne de frango foram Arábia Saudita (22%), União Europeia (13%) e China (11%).

Os produtos florestais apresentaram participação de 13% no valor exportado pelo Estado, com crescimento de 19% na quantidade exportada, em relação a 2014, e aumento de 6,5% no valor exportado, colocando o Paraná em segundo lugar no ranking nacional como Estado de maior valor exportado, antecedido por São Paulo. Estados Unidos (23%) e União Europeia (20%) foram os principais destinos.

O complexo sucroalcooleiro apresentou participação de 7% nas exportações do Estado, com redução de 2,37% na quantidade exportada, de 20% no valor exportado e 18% no preço médio de exportação, em relação a 2014. O Estado teve o segundo maior valor exportado (US\$ 866,9 milhões), antecedido por São Paulo.

O milho apresentou participação de 5% nas exportações do Estado, com crescimento de 19% na quantidade exportada e aumento de 6,87% no valor exportado, apesar do recuo de 10% no preço médio de exportação. Os principais mercados compradores foram Vietnã (20%) e Japão (15%). O Paraná foi o terceiro maior exportador, antecedido por Mato Grosso e Goiás.

Exportação de fumo cresce em volume, mas faturamento cai. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 19/01/2016.

Maior exportador mundial de fumo, com cerca de 30% do comércio global, o Brasil conseguiu no ano passado recuperar - graças ao câmbio - parte do mercado que perdeu

nos anos anteriores para concorrentes africanos. As exportações em volume cresceram, mas às custas de uma deterioração nos preços, o que significou uma receita 12,4% menor para o país, apesar de um volume 8,6% maior.

Com a demanda por fumo em declínio no mundo, as previsões para 2016 não são as mais otimistas, ainda que o ano tenha começado com um dólar "convidativo" para o exportador brasileiro. A previsão das indústrias produtoras de tabaco do país é que, se as exportações repetirem 2015, já será um bom resultado.

Em 2015, as empresas do setor no país exportaram 517 mil toneladas de tabaco, 8,6% acima das 476 mil toneladas de 2014, conforme dados da Secex elaborados pelo Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco). Em receita, foram US\$ 2,19 bilhões, queda de 12,4%, em função de preços médios menores.

Como principal fornecedor global, o Brasil é referência para os preços internacionais do fumo, explica o presidente da entidade, Iro Schünke. "Com o câmbio mais favorável, as cotações em dólar recuaram, e o país recuperou mais mercado", afirma.

Em seus melhores momentos, o Brasil chegou a exportar perto de 700 mil toneladas de tabaco por ano, o que ocorreu em 2007. Mas até meados de 2015, quando o real estava mais valorizado perante o dólar, o país perdeu competitividade no mercado de fumo para países africanos como Zimbabué, Tanzânia e Moçambique.

Agora, apesar do câmbio atual, Schünke não arrisca uma previsão para os embarques de 2016. Os contratos internacionais de compra e venda de tabaco são firmados entre janeiro e julho, em especial, no meio do semestre. "Nossas associadas ainda estão negociando. Não há um número já disponível para informar". Mas ele reconhece que se o volume de 2016 se equiparar ao de 2015 já será um bom desempenho.

As restrições cada vez maiores ao cigarro no mundo vêm reduzindo o consumo e afetando toda a cadeia, diz Schünke. Até 2012, o consumo crescia. A curva se inverteu em 2013, quando a demanda mundial por cigarro caiu cerca de 3%. Ainda não foram divulgados os dados de 2015, mas ele acredita que o declínio tende a continuar, até atingir um patamar de estabilidade.

As políticas para atrair consumidores são mais implementadas pela indústria cigarreira, diz o executivo, mas o Sinditabaco também se movimenta. Schünke se refere à defesa, junto aos órgãos que definem políticas na área de saúde no país, que tenham "mais

equilíbrio" na adoção de medidas visando reduzir o número de fumantes e a exposição dos não fumantes ao cigarro.

"O Brasil, que participa de uma comissão na Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre o tema, às vezes avança mais rápido na adoção dessas medidas. O que a gente tem defendido aqui é um maior equilíbrio. Que seja levado em conta o aspecto social desse setor, até para evitar exportar mão de obra e renda a outros países", afirma Schünke.

Mercado externo 'salva' processamento de cacau. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 20/01/2016.

As quatro maiores empresas de processamento de cacau instaladas no Brasil - ADM, Cargill, Barry Callebaut e Indeca - utilizaram no ano passado mais cacau para a fabricação de subprodutos (como manteiga e pó de cacau) do que o esperado inicialmente. A valorização do dólar em relação ao real tornou os subprodutos de cacau produzidos no Brasil mais competitivos no mercado internacional, aumentando o interesse das indústrias chocolateiras mundo afora pelas matérias-primas brasileiras.

Essas companhias, que representam 95% da amêndoa moída no país, processaram 219 mil toneladas em 2015, uma redução de 2% em relação ao ano anterior, de acordo a Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), que representa o quarteto.

A expectativa do setor no início de 2015, então temeroso com a forte perda de renda do brasileiro, era de que as fabricantes de chocolate cortariam as compras de matérias-primas (subprodutos do cacau) e fariam o processamento cair 9%. Veio então a tábua de salvação: a valorização do dólar ante o real, que atraiu a demanda externa para o Brasil.

"Se dependesse do mercado interno, o processamento teria sido muito ruim. Com o aumento das exportações, deu para aliviar a moagem", afirmou Walter Tegani, diretor-executivo da AIPC.

De fato, os embarques das indústrias deram um salto em 2015. O crescimento foi puxado basicamente pela manteiga de cacau, cujas exportações cresceram que 61% em volume (26,9 mil toneladas) e 40% em receita (US\$ 164,8 milhões).

A demanda externa foi puxada pelos Estados Unidos, onde o consumo tem crescido com a recuperação econômica. Segundo dados compilados pelo **Valor** a partir do serviço de estatísticas do Ministério da Agricultura, os americanos importaram

praticamente metade da manteiga de cacau exportada pelo Brasil em 2015, tanto em receita (US\$ 81,7 milhões) como em volume (14 mil toneladas).

Os americanos roubaram o lugar da Argentina como principal destino da manteiga de cacau brasileira, já que os vizinhos também reduziram o volume importado desse produto do Brasil. Foram embarcadas ao vizinho 8,2 mil toneladas de manteiga de cacau, que resultaram em uma receita de US\$ 54 milhões - recuo de 2% e 10%, respectivamente.

Já as exportações brasileiras dos outros subprodutos do cacau, como o cacau em pó e a pasta de cacau, apresentaram queda, mas com variações mais modestas e insuficientes para ofuscar o aquecimento dos embarques da manteiga. Segundo Tegani, o aumento das exportações da manteiga (responsável pela consistência do chocolate) está relacionada à mudança do perfil dos compradores.

O executivo afirmou que nenhuma das empresas arriscou um prognóstico para 2016, nem ao menos uma sinalização de recuperação ou nova queda do processamento. "Tudo indica que mercado interno não vai reagir e que o dólar deve continuar alto", sinalizou.

O setor está alerta, porém, à competição com as indústrias de outros países, sobretudo da Indonésia, Costa do Marfim e Gana, que se beneficiam pelo fato de terem dentro de suas fronteiras as maiores produções de cacau do mundo.

Agricultura Familiar amplia participação no cenário internacional. Flávia Dias. Site do MDA, 20/01/2016.

Dentro da estratégia de promover o fortalecimento e de dar visibilidade às políticas públicas para a agricultura familiar no âmbito internacional, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), firmou, em 2015, parcerias de cooperação com outros países e participou de negociações comerciais para garantir a defesa dos Interesses dos agricultores familiares.

A assinatura da Declaração sobre a Governança da Terra, pelas autoridades em agricultura familiar do Mercosul, foi considerada um marco histórico pela chefe da Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial (AIPC/MDA), Cristina Timponi. O documento foi assinado durante a XXIII Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul, realizada em Brasília, em junho de 2015.

“A Declaração foi baseada no compromisso dos países na implementação das Diretrizes Voluntárias para a Governança da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais e representa o principal documento internacional normativo sobre questões fundiárias, acordado por todos os países membros das Nações Unidas. O documento representa um importante avanço, uma vez que os países demonstram um claro compromisso com os temas da reforma agrária e governança fundiária”, explica Timponi.

Troca de experiências com outros países

A chefe da AIPC salienta que o trabalho desenvolvido pelo Brasil, na agricultura familiar, tem despertado o interesse de outros países.

No ano passado, o MDA firmou Instrumentos de Cooperação Técnica com quatro países africanos: Moçambique, Zimbábue, Gana e Senegal, bem como protocolos de intenções na área de desenvolvimento rural e agricultura familiar com Venezuela e Colômbia.

A troca de experiências ocorre nas áreas de agroecologia, assistência técnica e compras governamentais. A vantagem da formalização da parceria, segundo Cristina, é o estabelecimento de uma estratégia mais robusta de cooperação técnica internacional, com foco no desenvolvimento da agricultura familiar como garantia da segurança alimentar da região. “Os instrumentos assinados concretizam o compromisso do Brasil em executar a cooperação Sul-Sul, pautada nos princípios da solidariedade e horizontalidade”, destaca.

Negociações Comerciais

Já nas negociações comerciais, o MDA apoiou a prorrogação da elevação da Tarifa Externa Comum do Mercosul, até o final de 2023, de 35% para o pêssego e de 28% para os produtos lácteos. Esse tipo de medida, conforme a chefe da AIPC, protege os setores frente ao mercado internacional, marcado por subsídios à exportação e comércio desleal.

No ano passado, o MDA atuou também no segmento da Rodada Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC) e nas negociações de acordos comerciais bilaterais, tais como Mercosul-União Europeia e Brasil– México. “Essas ações têm o objetivo de resguardar as políticas e os produtos da agricultura familiar”, frisa Timponi.

Promoção Comercial da agricultura familiar

Com o objetivo de promover produtos da agricultura familiar no exterior, o MDA participou de três feiras internacionais de mercados considerados estratégicos - Alemanha, África do Sul e Peru. De acordo com Cristina, participaram das feiras 17 empreendimentos de cooperativas familiares. Os expositores estimam que as negociações renderam em torno de US\$ 22 milhões, para a exportação de produtos como: café, arroz, castanha do Brasil, sucos, vinhos, espumantes, polpas de frutas, geleias, guaraná, açaí, cachaça, milho e mel.

Após recorde, exportação de café pode se repetir este ano. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico, Agronegócios. 20/01/2016.

Após embarques recorde de café em 2015, que alcançaram 36,890 milhões de sacas, os exportadores brasileiros acreditam que o número pode ser repetido este ano. Mas isso vai depender de "uma boa safra" 2016/17 no país, afirmou ontem o presidente do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Nelson Carvalhaes, em encontro para divulgar o balanço das vendas externas no ano passado.

"Espero que o número [de 2015] se repita se for uma boa safra", disse Carvalhaes, observando, porém, que o Cecafé não faz estimativas para a produção. Mas, por ora, o dirigente se mostra otimista com o ciclo 2016/17, considerando o clima favorável na maior parte das regiões produtoras. Segundo o Conselho Nacional do Café (CNC), a colheita na nova safra deve ficar entre 47 milhões e 50 milhões de sacas. Hoje a Conab divulga sua primeira estimativa para o ciclo. Na safra 2015/16, segundo a autarquia, a produção no país foi de 43,24 milhões de sacas.

No ano que passou, as exportações brasileiras de café somaram 36,89 milhões de sacas, alta de 1,3% sobre 2014. Mas, preços em queda no mercado internacional fizeram a receita com os embarques recuar 7% na comparação com 2014, para US\$ 6,135 bilhões. No período, o valor médio da saca de café exportada pelos brasileiros foi de US\$ 166,32, redução de 8,2% sobre os US\$ 181,12 de 2014, segundo o Cecafé.

"Apesar dos problemas climáticos que tivemos nos últimos dois anos, conseguimos o êxito de atingir o recorde", disse Carvalhaes.

Do volume total exportado no ano passado, 29,156 milhões de sacas foram de café arábica e 4,169 milhões da espécie conilon. Houve ainda a exportação de 3,564 milhões

de sacas de café industrializado. Enquanto as vendas de arábica caíram 1,1%, as de conilon subiram 21% em 2015, reflexo da menor oferta de produto do Vietnã.

O presidente do Cecafé evitou traçar cenários para o preço do café este ano, mas disse que, devido aos estoques mundiais ajustados, a expectativa é de que as cotações se mantenham. No ano que passou, os preços foram afetados pela alta do dólar ante o real, que estimula a oferta por parte do Brasil. Carvalhaes ponderou que a retração das cotações do café foi menor do que a vista em outras commodities por conta do equilíbrio entre oferta e demanda.

Embora espere uma exportação semelhante à de 2015 para este ano, Carvalhaes reconheceu que os embarques no primeiro semestre podem ser menores do que os do mesmo intervalo do ano passado em função da esperada redução dos estoques brasileiros. "É uma interrogação o tamanho dos estoques. (...) mas há sentimento de que estão se reduzindo e que na passagem do ano serão os mais baixos", disse.

Papa apoia ativistas argentinos em processo contra Monsanto. Site do MST, 22/01/2016.

De acordo com o serviço informativo da Santa Sé, Francisco escreveu a uma das ativistas do movimento, Vanessa Sartori, agradecendo “todo o bem” que aquele organismo está a procurar fazer, na defesa dos interesses da comunidade local.

O Papa Francisco manifestou o seu apoio à causa de um movimento ambientalista argentino, que desde 2012 luta contra a construção de uma fábrica de milho transgênico numa povoação da província de Córdoba.

De acordo com o serviço informativo da Santa Sé, Francisco escreveu a uma das ativistas do movimento, Vanessa Sartori, agradecendo “todo o bem” que aquele organismo está a procurar fazer, na defesa dos interesses da comunidade local.

“À senhora, à sua família e à comunidade paroquial de Malvinas Argentinas envio as minhas preces e bênçãos”, refere o Papa.

No centro desta questão está a povoação de Malvinas Argentinas, onde a empresa multinacional Monsanto, a “maior corporação agrícola do mundo”, pretende construir uma fábrica de milho transgênico “a poucos metros das residências e escolas do bairro” de Vanessa Sartori.

A 10 de janeiro, a jovem tinha escrito ao Papa Francisco alertando-o para o problema – a Monsanto “promete trabalho e progresso” para as pessoas locais, “mas é falso”, frisa a ativista.

Em vez de alimentos, a fábrica produziria “biocombustível e utilizaria milhões de litros de água e pesticidas”, numa clara ameaça para a população e para o ambiente. Por agora, “a justiça argentina suspendeu a construção, considerando-a uma violação da lei nacional do meio-ambiente”, mas o processo ainda não terminou.

Países do Mercosul conhecem experiências de agricultoras brasileiras. Ranyelle Andrade. Site do MDA, 22/01/2016.

A experiência brasileira na elaboração de políticas públicas para promoção da autonomia e da igualdade das mulheres do campo tem sido referência para países da América do Sul. De 25 a 30 de janeiro, representantes de governo e de organizações da agricultura familiar de sete países do Mercosul estarão em solo brasileiro para conhecer histórias de êxito de acesso a políticas públicas pelas mulheres rurais. O local escolhido para o encontro, promovido pela Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf) com apoio do governo federal, é a região Oeste do Rio Grande do Norte, no nordeste brasileiro.

O intercâmbio faz parte do II Programa de Fortalecimento de Políticas Públicas de Gênero para a Agricultura Familiar, Campesina e Indígena para América Latina e Caribe, conduzido pela Reaf. O objetivo é contribuir na promoção e no fortalecimento de políticas de apoio a organização produtiva, assistência técnica para mulheres, transição e produção agroecológica e convivência com o semiárido nos países do Mercosul.

De acordo com a encarregada de gênero da secretaria técnica da Reaf, Caroline Molina, a região oeste do estado foi escolhida por ser um território emblemático no tema de luta por igualdade e organização das mulheres rurais e no acesso às políticas públicas específicas para elas.

“Além de conhecer as experiências de outras mulheres e poder levá-las para suas realidades, as participantes dos outros países também vão contar suas histórias, em rodas de conversa, por exemplo. Serão momentos de trocas”, explica.

O intercâmbio conta com o apoio da Diretoria de Política para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é o ponto focal do Grupo Temático (GT) de Gênero da Reaf no Brasil.

Para a coordenadora-geral de Organização Produtiva e Comercialização da DPMRQ/MDA, Michela Calaça, a iniciativa viabiliza a troca de ideias entre lideranças e governos – o que beneficia toda a sociedade. "Mulheres de diversos países poderão ver claramente, que quando o Estado faz a opção de ter políticas voltadas para as mulheres rurais, ele melhora a vida no campo e potencializa a produção de alimentos para todo o país".

Sustentabilidade na produção

No projeto de assentamento Monte Alegre I, em Upanema (RN), a mesma água que é utilizada em atividades domésticas é usada para cuidar da lavoura. A iniciativa garante água adequada para o cultivo agrícola no semiárido brasileiro, já que livra a água cinza – aquela que foi usada para enxaguar a roupa ou lavar a louça, por exemplo - de bactérias prejudiciais e conserva alguns nutrientes como fósforo e cálcio, adubando melhor a terra para a produção.

O projeto denominado 'Água Viva: Mulheres e o redesenho da vida no semiárido do Rio Grande do Norte', desenvolvido pelo Centro Feminista 08 de Março (CF8) em parceria com a Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa), é uma das experiências que serão conhecidas por representantes de governo e organizações da agricultura familiar durante o intercâmbio.

Para a engenheira agrônoma do CF8 e responsável pelo projeto, Ivi Aliana, o 'Água Viva' também ameniza o esforço das mulheres responsáveis por buscar água para abastecer o lar, contribui para o escoamento da produção e para o saneamento do quintal e garante mais segurança alimentar e renda para a família. "Quando as mulheres se sentem fortalecidas, se sentem capazes de criar, produzir e reinventar a vida", finaliza.

Troca de experiências

Os intercâmbios fazem parte de uma estratégia do Programa Regional de Gênero da Reaf para reduzir as desigualdades de gênero no acesso, uso e controle de recursos na agricultura familiar e ampliação da participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão.

IGC reduz previsão de colheita de grãos. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 22/01/2016.

O Conselho Internacional de Grãos (IGC, na sigla em inglês), sediado em Londres, cortou sua estimativa para a produção global de grãos nesta safra 2015/16, diante de uma redução considerável nas projeções para a produção de milho no mundo.

Pela nova estimativa do órgão, a safra global de grãos deverá ficar em 1,992 bilhão de toneladas, 4 milhões a menos do que o projetado em novembro, quando o IGC divulgara sua última estimativa. Em relação à safra passada, é uma redução de 2%.

Apenas a estimativa para a produção de milho foi reduzida em 8 milhões de toneladas, para 959 milhões de toneladas. Se essa projeção for confirmada, a produção no mundo terá uma quebra de 5,3% em relação à safra anterior.

A perspectiva mais pessimista para o milho foi compensada em grande parte pelo cenário mais positivo para o trigo. Para o cereal, o IGC elevou sua projeção de safra global em 5 milhões de toneladas, para 731 milhões de toneladas.

Apesar da redução da produção total de grãos, a safra deverá encerrar com estoques mais confortáveis que em 2014/15. Pelos cálculos do IGC, os estoques de passagem de grãos ficarão em 455 milhões de toneladas, 1 milhão acima do calculado em novembro. Além de superar em 8 milhões de toneladas os estoques finais do ciclo 2014/15, o volume seria o maior em estoque em 29 anos.

Por conta da produção global menor, o IGC reduziu sua projeção para os estoques finais de milho em 4 milhões de toneladas, para 196 milhões de toneladas, o que representaria uma redução de 9 milhões ante a safra precedente.

Dólar alto trava as importações de trigo. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 22/01/2016.

Apesar da euforia causada pelo alívio nas restrições às exportações de trigo pela Argentina, os moinhos brasileiros estão neste momento bem reticentes em fechar

contratos de importação do cereal. O motivo é que, com o dólar valorizado frente ao real, o trigo argentino está 30% mais caro que o nacional.

No entanto, o que preocupa o setor é que as compras não poderão ser adiadas por muito mais tempo. Em março, os estoques da indústria começam a minguar, e o cenário é crítico, na medida em que a necessidade de importação do cereal pelo país está neste ano 15% maior que há um ano.

Conforme levantamento da consultoria Safras & Mercado, o cereal argentino posto no porto de Santos (SP) está saindo nesta semana por R\$ 1.018 a tonelada, ante os R\$ 760 e R\$ 780 que se paga atualmente pelo mesmo volume no Paraná, principal produtor brasileiro. Desde o início do atual ano-comercial 2015/16, em agosto passado, até dezembro, o Brasil comprou do exterior 2,150 milhões de toneladas do cereal de diferentes origens, 6,5% menos que em igual intervalo de 2014.

Os moinhos brasileiros estão abastecidos até março, informou o presidente do conselho deliberativo da Associação Brasileira da Indústria de Trigo (Abitrigo), Marcelo Vosnica. Ele explica que a partir de meados de fevereiro, o setor terá que se posicionar na exportação, na medida que há pouca disponibilidade de trigo de melhor qualidade no mercado interno.

Para o produtor brasileiro que ainda tem trigo para vender a notícia é boa, diz o especialista da Safras & Mercado, Élcio Bento. A projeção é de que os preços internos subam até 29% até o início da próxima colheita no país, em agosto.

O câmbio no entanto não é o único problema da indústria. Por conta da quebra da safra no Sul do país, a necessidade de importação dos moinhos será bem maior que há um ano. A previsão da consultoria é de que o Brasil tenha que trazer do exterior durante todo o ano-comercial 2015/16 em torno de 6,8 milhões de toneladas (2,150 milhões já entraram até dezembro) para atender sua demanda interna, estimada em 10 milhões. No ano-comercial anterior, o país importou 5,9 milhões.

Mas como o Mercosul não terá trigo suficiente para atender à demanda brasileira, os moinhos terão que buscar o cereal fora do bloco, o que trará um ônus adicional: os 10% da Tarifa Externa Comum (TEC). O bloco sul americano só terá 5,2 milhões de toneladas para oferecer, faltando, portanto, 1,6 milhão de toneladas para fechar a conta, segundo a consultoria.

Segundo Bento, a área com trigo da Argentina ainda foi plantada na atual safra sob o efeito da política restritiva às exportações do governo anterior, de Cristina Kirchner. A próxima semeadura - já influenciada pela retirada do imposto de exportação de trigo anunciada pelo novo presidente, Maurício Macri - pode crescer ao menos 20%. Com isso, diz o especialista, a colheita do cereal no país vizinho - neste ciclo de 9,5 milhões de toneladas - pode, na próxima temporada, saltar para 15 milhões de toneladas.

Já a safra brasileira, concentrada no Sul do país, foi duramente afetada pelo excesso de chuvas e teve uma quebra de 2 milhões de toneladas. A estimativa inicial era colher 7,2 milhões, mas a produção efetiva foi de 5,2 milhões. Desse volume colhido, apenas 3,2 milhões têm características desejadas para a indústria nacional - que prioriza a produção de farinha para panificação. O cereal brasileiro sem essas características deve ser destinado à exportação para uso como ração. A Safras & Mercado estima que esse volume deve ser de 1 milhão de toneladas na temporada.

Queda no frete marítimo faz Cargill fechar unidade londrina. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 25/01/2016.

A Cargill, anunciou na sexta-feira que vai fechar seu escritório de transporte marítimo em Londres e consolidar as operações em Genebra, em virtude da grande queda dos preços de frete de navios.

"A redução da demanda da China e o desaquecimento da economia global levaram a um cenário de superoferta de navios no mercado internacional", afirmou a empresa, em nota. Segundo o comunicado, o mercado de frete marítimo enfrenta a maior desaceleração desde meados dos anos 1980, e sem perspectivas de melhora no futuro próximo.

O escritório da Cargill em Londres administra mais de 500 embarcações, que transportam cerca de 220 milhões de toneladas de commodities/ano. O fechamento é simbólico já que a unidade está num tradicional "hub" de escritórios marítimos formado pelas maiores companhias do mundo. "Esta é uma decisão muito difícil", disse Roger Janson, diretor de transporte marítimo da Cargill.

A decisão reflete um momento difícil enfrentado por grandes "players" do comércio marítimo global, que afeta sobretudo as embarcações de granel seco. A desaceleração

econômica da China levou a uma redução nas compras de matérias-primas, de minério a grão.

"Nunca vimos nada como isso", disse ao "The Wall Street Journal" Emanuele Lauro, CEO da Scorpio Bulk. "Nunca pensamos que ficaríamos nessa situação quando compramos navios em 2013 e 2014. Mas, nos últimos meses, a prioridade é vender os navios". Nesses dois anos, a empresa investiu US\$ 1,5 bilhão em 28 embarcações "capesize", os maiores modelos de navios.

Segundo as empresas marítimas, o agronegócio deverá dar alívio à movimentação de navios no segundo semestre, quando grandes volumes de grãos do Hemisfério Norte começarão a ser escoados. As previsões apontam também para volumes grandes de trigo da Ucrânia, assim como embarques de grãos da Argentina. Mas as commodities agrícolas sozinhas, dizem as empresas, não conseguem manter o ritmo de circulação de navios necessário para a viabilidade do negócio.

Brasil vai exportar material genético bovino para Moçambique. CNA. 25/01/2016.

Brasília (25/01/2016) – O ano de 2016 começou com mais um acordo de exportação de material genético bovino brasileiro. O Brasil firmou o Certificado Zoossanitário Internacional (CZI), feito pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com a República de Moçambique, na África. O documento garante o cumprimento das condições sanitárias exigidas para o trânsito internacional de embrião vivo, *in vitro*, e sêmen até o país de destino. Em dezembro do ano passado, o MAPA assinou acordos com a Bolívia e Costa Rica.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) contribuíram para a elaboração do certificado, considerando uma proposta de ampliação das exportações de material genético e bovinos vivos para reprodução, entregue ao MAPA em 29 de setembro de 2015. Essa proposta serve como instrumento de auxílio ao departamento técnico responsável do Ministério nas negociações destes produtos com os países interessados na genética bovina e bubalina do Brasil para diversos países, inclusive para Moçambique.

O acordo selado entre o Brasil e Moçambique vai contribuir com a melhoria do rebanho daquele país, cujo rebanho bovino conta com 1,25 milhão de cabeças, com uma

produção de 18,9 mil toneladas de carne e 962.320 litros de leite, segundo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) de Moçambique.

Para o presidente da Comissão Nacional de Bovinocultura de Corte da CNA, Antônio Pitangui de Salvo, esse acordo deve ser comemorado por ampliar as opções de venda do exportador de genética bovina brasileira e contribuir com a melhoria genética daquele país africano.

China envia missão para retirar barreira a melão e melancia. Camila Souza Ramos - Valor Econômico, Agronegócios. 25/01/2016.

SÃO PAULO - Uma missão do Ministério da Agricultura da China chega ao Brasil hoje, dia 25, para visitar plantações de melão e melancia do Nordeste. O país pretende retirar as barreiras fitossanitárias existentes para as duas frutas brasileiras e assim permitir sua importação.

Os técnicos do governo chinês farão duas visitas entre terça e quarta-feira para lavouras da região da Chapada do Apodi, localizada na divisa entre Ceará e Rio Grande do Norte. A região é responsável por 95% do melão produzido no Brasil e 100% da fruta exportada pelo país.

A área produtora de frutas da Chapada do Apodi já é considerada livre de uma das principais pragas do melão, a *Anastrepha grandis*, uma mosca que consegue furar a casca do melão e colocar seus ovos dentro da fruta.

Os Estados Unidos, o Chile e a Argentina consideram a região da Chapada como “área livre da mosca da cucurbitacea com monitoramento”. Para a manutenção desse certificado, não é permitido entrar com melões e melancias nessa área. Além disso, são realizadas análises quinzenas em armadilhas colocadas na região com ferormônio. Se é encontrada uma espécie da *Anastrepha grandis*, a região perde a classificação.

A abertura do mercado chinês para o melão e a melancia brasileiros pode representar exportações de US\$ 230 milhões ao ano, ou 240 mil toneladas anuais, nos cálculos de Luiz Roberto Barcelos, presidente da Abrafrutas. A associação reúne exportadores que representam 90% da receita brasileira com embarques de frutas.

A principal promessa é com a demanda chinesa por melancia. O consumo da fruta na China é de 42 quilos per capita ao ano. Para se ter uma ideia do volume, no Brasil o consumo per capita de frutas em geral é de 57 quilos por ano.

Barcelos aposta que os embarques poderão ganhar competitividade com a reforma do canal do Panamá. Ele estima que as exportações de frutas do Brasil à Ásia poderão ocorrer com dez dias a menos do que ocorrem atualmente. No início de janeiro, o presidente panamenho, Juan Carlos Varela, prometeu inaugurar a obra em maio.

Experiências ganham incentivo e são exemplos para agricultura do Mercosul. Tássia Navarro. Site do MDA, 26/01/2016.

Cerca de 40 mulheres rurais dos municípios de Assú e Angicos (RN), na região do Vale do Assú, vão receber formação sobre produção agroecológica e direitos humanos. O anúncio foi feito nesta terça-feira (26) pela secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Maria Fernanda Coelho, durante intercâmbio do II Programa de Fortalecimento de Políticas Públicas de Gênero para a Agricultura Familiar, Campesina e Indígena para América Latina e Caribe, promovido pela Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (Reaf). O valor destinado à execução da ação é de R\$ 163,6 mil.

A importância do olhar para as mulheres rurais nas políticas públicas ganhou destaque na fala da secretária que salientou que o MDA é o único ministério com diretoria específica para debater essa pauta. “A nossa pasta trabalha em três eixos específicos: o fundiário, que trata do acesso a terra; o agrícola, que inclui o acesso à assistência técnica; e o eixo da cidadania, que trata da qualidade de vida no meio rural”, afirmou ao lembrar que a questão de gênero deve permear todos esses eixos na construção e execução das políticas públicas.

Dois temas estratégicos foram realçados pela secretária, durante o evento, a comercialização entre os países do Mercosul e a soberania e segurança alimentar. “Este último é um tema que une o rural e o urbano. Nosso grande desafio, como país continental, é de mostrar a viabilidade de construção de políticas que buscam a relação sustentável com a terra”, completou.

O evento, que segue até o fim da semana, visa apresentar experiências do Brasil para promoção e fortalecimento de políticas públicas de apoio à organização produtiva, assistência técnica para mulheres, transição e produção agroecológica e convivência com o semiárido. Ao todo, 16 mulheres do campo da Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela, Chile e Equador estão em Mossoró, no Rio Grande do Norte, para conhecer de perto essa realidade. Também participam do encontro, representantes da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), de El Salvador e da FAO para América Latina e Caribe.

Intercâmbio

O intercâmbio conta com o apoio da Diretoria de Política para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ/MDA), que é o ponto focal do Grupo Temático (GT) de Gênero da Reaf no Brasil.

Conforme a diretora de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas do MDA, Célia Watanabe, o encontro ajuda a identificar problemas comuns do Mercosul e encontrar soluções. “Serão apresentadas experiências exitosas fruto da auto-organização das mulheres como a convivência com o Semiárido, compras públicas, Ater e reutilização da água. Temos uma forte atuação nesta região do país. Essas experiências têm nos mostrado a importância das políticas públicas no fortalecimento da autonomia das mulheres e na luta contra todas as formas de preconceito”, observou.

Para Consuelo Pérez, 29 anos, do distrito de Lara, na Venezuela, o evento fez suas dificuldades parecerem menores, ao conhecer exemplos brasileiros. “Sabemos do histórico de vanguarda do Brasil, da participação feminina em todos os âmbitos. As mulheres brasileiras se mantêm em suas atividades profissionais, mesmo depois de terem filhos. Sempre buscam uma forma de permanecer trabalhando. Para nós também é inspirador como as agricultoras estão praticando a agroecologia, em um país tão grande e com regiões que têm pouca água”, disse.

O delegado do MDA no RN, Francisco Caramuru, anunciou a conferência estadual de Ater para mulheres, em parceria com o governo do estado. O evento compõe a programação da Conferência de Ater no estado, de 29 a 31 de janeiro. Ele lembrou que, apesar das dificuldades econômicas e climáticas, os acessos ao Pronaf, no Rio Grande do Norte, em 2015, superaram os de 2014. “Foram contratados R\$ 124 milhões a mais, segundo informações do banco do nordeste”, informou.

O encontro, organizado pela Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf), conta com o apoio do governo federal. Realizado na Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa), o evento, que vai até sábado (30), reúne representantes de governo e de organizações da agricultura familiar de sete países do Mercosul.

Formação em agroecologia e direitos humanos

A ação, que beneficiará cerca de 40 agricultoras familiares do Rio Grande do Norte, será executada pelo MDA, em parceria com a Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa).

Serão feitos diagnósticos dos potenciais produtivos locais, para elaboração futura de arranjos produtivos que venham fortalecer a autonomia financeira dessas agricultoras.

Organizações do Brasil manifestam solidariedade aos representantes da União Nacional de Camponeses de Moçambique diante de ameaças e agressões físicas. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 26/01/2016

Integrantes da Campanha Internacional “Não ao ProSavana” e da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale estiveram reunidos nos dias 21 e 22 de janeiro, no Rio de Janeiro. Em Carta Aberta – enviada hoje aos representantes de Brasil, Japão e Moçambique -, participantes declaram “irrestrito apoio e solidariedade aos representantes da União Nacional de Camponeses (UNAC) diante das ameaças e tentativas de agressões físicas que sofreram no dia 11 de janeiro de 2016”. A CPT, enquanto Articulação das CPT's do Cerrado, participou do encontro. Confira o documento na íntegra:

Nós, representantes de movimentos do campo, de organizações da sociedade civil, de sindicatos, de entidades religiosas e de outros movimentos sociais do Brasil integrantes da Campanha Internacional “Não ao ProSavana” e da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, declaramos nosso irrestrito apoio e solidariedade aos representantes da União Nacional de Camponeses (UNAC) diante das ameaças e tentativas de agressões físicas que sofreram no dia 11 de janeiro de 2016.

O ProSavana é um programa de cooperação trilateral Moçambique-Japão-Brasil que se propõe a promover o desenvolvimento agrícola da savana tropical de Moçambique, por

meio do incentivo à agricultura tecnificada e voltada para o mercado externo. Em nosso entendimento, tendo em vista o caráter triangular da iniciativa e a necessidade de discussão pública e democrática que um programa dessa magnitude e natureza implica, uma ofensa tal qual a sofrida pelos representantes da UNAC constitui uma ameaça aos mais básicos princípios democráticos e uma violência cometida contra todos nós integrantes da Campanha Internacional lançada em maio de 2013, além de configurar-se como um abuso de poder que devemos combater.

Desde 2011, ocasião de lançamento do ProSavana, os debates e discussões em torno do programa tem se mostrado pouco democráticos e transparentes, o que já foi admitido pelos governos envolvidos na iniciativa. Seus documentos, quando publicizados, não raro apresentavam generalizações grosseiras, contradições e discrepâncias que muito têm preocupado a sociedade civil organizada nos três países. Tem sido recorrentes desde então as denúncias de falta de informações, de manipulação de dados, de intimidação de comunidades e da sociedade civil e de irregularidades no processo de consultas e de viabilização da participação pública como já denunciado amplamente na “Carta Aberta para Deter e Refletir de Forma Urgente o Programa ProSavana”(junho de 2013).

Um programa dessa magnitude e com os impactos potenciais que coloca para os milhares de camponeses do norte de Moçambique, precisa ser amplamente debatido e negociado, e é por isso que repudiamos de forma radical a postura do representante da Majol que estava a serviço da Agência de Cooperação Japonesa (JICA) nas discussões travadas no dia 11 de janeiro de 2016.

Nós temos acompanhado com muita atenção, nos últimos anos, as discussões em torno do ProSavana, bem como as violações de direitos e as irregularidades cometidas sistematicamente pela empresa brasileira Vale. Nos colocamos ativamente contrários a esse tipo de postura e comportamento. Como cidadãos brasileiros, entendemos que a cooperação entre países precisa ser orientada por princípios de solidariedade e de respeito à soberania dos povos, de modo que qualquer postura autoritária e violenta, não apenas deve ser combatida, como exterminada. A cooperação internacional, pelo seu caráter público, deve ter como fim a promoção do desenvolvimento e da justiça social, e jamais se converter num instrumento de opressão do debate público e da participação democrática ou de promoção dos interesses de empresas e investidores. E é por isso que nos posicionamos nessa carta em solidariedade aos representantes da UNAC e

aproveitamos para cobrar das autoridades brasileiras envolvidas no ProSavana também o seu pronunciamento e ações imediatas de combate a atitudes autoritárias dessa natureza.

ChemChina eleva oferta por Syngenta, diz jornal. Valor Econômico, Agronegócios. 27/01/2016.

Meses depois de fazer a sua primeira oferta à Syngenta, de US\$ 42 bilhões, a China National Chemical (ChemChina) mostrou que não está disposta a perder a companhia suíça para a concorrência e elevou a proposta de compra, segundo o jornal "Financial Times".

O novo valor não foi revelado, mas representaria a maior aquisição de um ativo estrangeiro pela estatal chinesa, afirmou o jornal. A renovação da proposta ocorre duas semanas após o conselho de administração da Syngenta dar aval à negociação com a ChemChina. Isso, em tese, abriria caminho para que um acordo formal fosse finalizado até o Ano Novo Chinês, no início de fevereiro.

Os primeiros sinais do interesse da ChemChina pela Syngenta surgiram em novembro, quando a chinesa propôs a compra da empresa suíça por US\$ 42 bilhões. Mas o montante era inferior às duas ofertas feitas pela rival americana Monsanto - de US\$ 45 bilhões e, depois, US\$ 47 bilhões -, e acabou rejeitado pela Syngenta.

Líder global em sementes, a Monsanto tinha interesse em complementar seu portfólio de agroquímicos, ofuscado nos últimos anos pelo desempenho expressivo de suas variedades transgênicas.

A ChemChina é a sétima maior produtora de agroquímicos do mundo. Detém atualmente 5% do mercado (graças à aquisição da israelense Adama, em 2011), ante 19% da Syngenta e 8% da Monsanto, segundo a Liberum Capital. A desvalorização de 25% do euro frente ao yuan, desde 2011, tem sido outro fator a motivar a estatal chinesa a avançar sobre ativos europeus.

Emirados Árabes importam volume recorde de açúcar do Brasil. Valor Econômico, Agronegócios. 27/01/2016.

SÃO PAULO - Os Emirados Árabes, que abrigam a maior refinaria do mundo açúcar dentro de um porto, importaram o maior volume de açúcar demerara de sua história no fim do ano passado, antes que Brasil e Índia começassem a diminuir seu fluxo de exportação.

O país recebeu 943 mil toneladas de açúcar ao longo do quarto trimestre do ano, afirmou a Platts Kingsman, conforme a agência “Bloomberg”. Foi o maior volume desde que os dados começaram a ser compilados, em 2006. Todo o produto foi enviado pelo Brasil, segundo a Kingsman.

Os Emirados Árabes são o segundo principal importador de açúcar do Oriente Médio, tendo já recebido 1,25 milhão de toneladas no atual ano-safra. O Irã importou 1,4 milhão de toneladas, e a Arábia Saudita 600 mil toneladas, conforme dados do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA).

No Conselhão, Kátia Abreu projeta incremento de exportação. Valor Econômico, Agronegócios. 28/01/2016.

SÃO PAULO - A ministra da Agricultura Kátia Abreu apresentou hoje em reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o chamado “Conselhão”, no Palácio do Planalto, que as negociações sanitárias coordenadas pelo Ministério em 2016 para abertura de mercados devem significar um aumento de US\$ 2,5 bilhões por ano em exportações do agronegócio. Atualmente, o Brasil representa 7,04% do comércio agropecuário mundial. “Chegaremos a 10% até 2018”, assinalou a ministra.

Conforme ela, em 2015, as negociações sanitárias resultaram na abertura de mercados que há anos barravam produtos brasileiros, como a carne bovina. “Juntos, os mercados conquistados no ano passado têm potencial para incrementar em US\$ 1,9 bilhão as exportações do agronegócio”, afirmou a ministra.

Kátia Abreu ainda indicou os acordos comerciais negociados pelo Brasil que são considerados prioritários para o agronegócio. Entre eles, o do Mercosul com a União Europeia, o acordo tarifário entre Brasil e México e a ampliação do Mercosul-Índia.

A ministra mostrou também um estudo sobre o consumo de produtos agropecuários em 12 economias emergentes, onde a classe média tende a crescer e, conseqüentemente, a demanda por alimentos. Em todos os estratos da sociedade, haverá maior pressão por itens essenciais, como frutas, carnes e vegetais, mas também por bens supérfluos (bolos, biscoitos, sorvetes) e de saúde (lights, integrais, probióticos).

O Mapa, disse Kátia Abreu, manterá o foco nos 22 mercados prioritários que, juntos, respondem por 75% de todo o comércio internacional. Entre eles, estão parceiros tradicionais como Estados Unidos, União Europeia e China, mas também países pouco acessados como Índia, México, África do Sul, Vietnã e Turquia.

Na reunião do Conselhão, Kátia Abreu lembrou os principais indicadores do agronegócio, como sua participação em 46% das exportações brasileiras, 25% dos empregos e 23% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. “O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de açúcar, café e suco de laranja, além de ser o maior exportador de etanol, carnes bovina e de frango”, reiterou Kátia.

Ministra avalia crédito para importação de arroz e feijão. Cristiano Zaia - Valor Econômico, Agronegócios. 28/01/2016.

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, sinalizou ontem que o governo vem estudando linhas de crédito para importação de alimentos, como arroz e feijão, cujas produções vêm sofrendo com excesso de chuvas na região Sul do país. Em sua conta no microblog Twitter, ela ainda afirmou que está sendo feito um diagnóstico dessas perdas.

"Estamos trabalhando crédito para importação. Assim estimulamos o setor privado a importar", disse Kátia Abreu. "Importar quantias apenas para abastecimento sem prejudicar a produção interna. Usaremos o bom senso e pragmatismo", acrescentou.

O Valor apurou que esses financiamentos poderiam ser concedidos por bancos públicos e privados por meio de linhas de crédito já existentes a taxas de juros de mercado - que não contam com apoio do governo. Na atual conjuntura, esse crédito para importação atenderia, num primeiro momento, mais a indústria beneficiadora de arroz, na avaliação preliminar do ministério.

Por enquanto, a Conab estima que a safra nacional 2015/16 de arroz sofra uma redução de 850 mil toneladas, provocada em grande parte pelas perdas no Rio Grande do Sul,

maior produtor do grão. Com isso, a projeção da própria Conab é que a necessidade de importação de arroz neste ciclo atinja 1 milhão de toneladas, quase o dobro das 550 mil toneladas de 2014/15.

Kátia Abreu também comentou, no Twitter, que o crédito rural poderia estimular o aumento de oferta de verduras e legumes "para evitar perdas de produtos e a consequente alta de preços". Algumas frutas e hortaliças, como tomate, cebola e batata, vêm exercendo um grande pressão inflacionária nos últimos meses. Essa medida, porém, ficaria para o próximo Plano Safra, 2016/17.

A preocupação da ministra surge em um momento em que o prato típico mais famoso do brasileiro já está mais caro e tende a subir ainda mais. No caso do feijão, a escassez fez com que, só em janeiro, o preço ao produtor subisse 30%, mesmo com a colheita ainda em finalização no Paraná, maior produtor nacional. Nos supermercados, o repasse neste mês já chegou a 20%.

Em relatório internacional, Brasil é criticado por aumento da violência no campo. Site do MST, 28/01/2016.

Como exemplos, a organização citou "violentos ataques" contra os índios guarani-kaiowá por parte de pessoas ligadas a fazendeiros no Mato Grosso do Sul.

A organização Human Rights Watch – que compila abusos de Direitos Humanos em 90 países - lançou na última quarta-feira (26), em Istambul, o seu Relatório Mundial 2016.

O documento afirma que vários governos do planeta reduziram a proteção aos direitos humanos em nome da segurança. Em especial, os países da Europa por medo da disseminação de ações terroristas fora do Oriente Médio.

Já em relação ao Brasil, a organização demonstrou preocupação com o alto número de pessoas assassinadas pela polícia – 3 mil em 2014 – e pela superlotação das cadeias, que supera sua capacidade de vagas em 61%.

Outro ponto negativo destacado no país foi o aumento da violência no campo. A HRW criticou assassinatos de indígenas e camponeses supostamente a mando de fazendeiros e criminosos envolvidos com madeiras ilegais.

Como exemplos, a organização citou "violentos ataques" contra os índios guarani-kaiowá por parte de pessoas ligadas a fazendeiros no Mato Grosso do Sul. Esses índios lutam atualmente para reaver suas terras ancestrais.

Um deles foi assassinado em uma ação ainda sob investigação. Em 2014, o relatório divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) registrou 138 assassinatos e 135 casos de suicídios. No Mato Grosso do Sul, foram 41 assassinatos e 48 suicídios.

Outro ponto criticado no documento foi a lei de combate ao terrorismo que atualmente tramita no Congresso. Segundo a organização, ela "contém termos excessivamente genéricos e linguagem vaga" e pode ser usada para processar criminalmente manifestantes e membros de movimentos populares.

A lei é criticada por ser utilizada como instrumento legal para criminalizar as lutas dos trabalhadores.

Protestos e greves, por exemplo, poderão ser classificados como atos terroristas, com pesadas punições.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade sobre violações de direitos humanos no regime militar, divulgado no fim de 2014, também foi citado pela organização.

A HRW afirma que, embora 377 suspeitos de violações de direitos humanos tenham sido identificados, a Lei da Anistia, de 1979, impede que eles sejam levados à Justiça.

A organização ressalta que casos isolados de tentativa de processar suspeitos estão temporariamente suspensos, a espera de uma eventual reavaliação da Lei da Anistia.

Monsanto vai à Justiça para evitar rótulo de produto cancerígeno. Graciela Vizcay Gomez. Site do MST, 28/01/2016.

Ação contra o estado da Califórnia começou no ano passado e se baseia na "Primeira Emenda" da Constituição dos EUA.

A Monsanto apresentou ação contra o Escritório do Estado de Avaliação de Riscos de Saúde Ambiental nos tribunais do estado da Califórnia para evitar que se informe aos residentes sobre os riscos dos diferentes produtos químicos e substâncias que causam câncer. O Escritório do Estado de Avaliação de Riscos de Saúde Ambiental fez o anúncio após a Agência Internacional da Organização Mundial da Saúde para a

Investigação sobre o Câncer (IARC) anunciar seu provável vínculo com o câncer, em março de 2015.

A ação tem por objetivo que não se acrescente o herbicida à lista de cancerígenos sob a Proposição 65, que obriga o Estado a publicar uma lista dos produtos químicos que se sabe que causam câncer, defeitos de nascimento ou outros danos reprodutivos. O anúncio se deu no dia 4 de setembro de 2015.

Aviso no rótulo

Se o glifosato for acrescentado à lista, a Monsanto é obrigada a proporcionar uma advertência nos rótulos aos consumidores de que o produto químico é um reconhecido cancerígeno. A Monsanto afirma que isto é uma violação de seus direitos da Primeira Emenda e, de acordo com a denúncia apresentada, “causaria um dano irreparável a Monsanto e ao público e que afetaria negativamente a reputação da Monsanto para a fabricação de herbicidas seguros e confiáveis. Potencialmente, seria uma perda de vendas e obrigaria a empresa a gastar importantes somas de dinheiro para voltar a rotular seus produtos”.

Se isto não fosse o suficiente, o Environmental Working Group, uma organização de vigilância da indústria que publica periodicamente relatórios sobre a segurança de tudo, desde produtos de alimentos processados e produtos de cuidado pessoal, acaba de publicar uma lista dos produtos químicos mais potentes, que causam câncer, em sua conhecida lista “Dirty Dozen”.

Outros estudos afirmam que o glifosato não merece seu lugar na lista de produtos químicos que causam câncer e incluem uma revisão completa feita em 2015 pela Autoridade Europeia de Segurança Alimentar. A conclusão da EFSA de que o glifosato é seguro foi criticada tanto pela IARC, como por quase 100 cientistas de alto nível na Europa, que assinaram uma carta aberta ao comissário europeu da saúde Vitenis Andriukaitis, em novembro de 2015, acusando as autoridades da União Europeia de ignorar esta opinião ao fazer regularizações de glifosato para Europa.

O diretor de negócios da Monsanto, Gary Philpotts, disse que “a opinião da IARC é um caso atípico neste corpo de evidência científica. No entanto, a opinião da IARC se encaixa com as reivindicações ativistas contra os químicos e que estes grupos continuam investindo em comunicações que procuram colocar em dúvida o consenso científico da segurança do glifosato”.

Além disso, Phil Miller, vice-presidente da Monsanto em assuntos regulatórios, sustenta que a classificação da IARC é incoerente com outras investigações e “não é uma base sólida para qualquer ação reguladora”.

Evidências

Pamela Coleman, PhD em ‘Farm and Food Policy’ e um analista do Instituto Cornucopia não estão de acordo: “Contrariamente à atual concepção errônea generalizada de que o glifosato é relativamente inofensivo para os seres humanos, a evidência disponível mostra que o glifosato pode, ao contrário, ser o fator mais importante no desenvolvimento de múltiplas enfermidades e condições crônicas que chegaram a ser frequentes nas sociedades ocidentalizadas”. Relacionado com a disfunção generalizada mitocondrial nas células, um problema a mais em uma longa lista de problemas de saúde como a enfermidade de Alzheimer, o diabetes tipo 2, o Parkinson e a obesidade, segundo o Centro Canadense para a Pesquisa sobre a Globalização.

Em outubro passado, o Escritório do Estado de Avaliação de Riscos de Saúde Ambiental da Califórnia aceitava comentários públicos a respeito de sua intenção de acrescentar o glifosato na listagem, de acordo com a Proposição 65, e recebeu cerca de 8.000 comentários sobre esta decisão, incluindo os comentários da Monsanto.

O estado da Califórnia é um exemplo a ser seguido em todo o mundo, lamentavelmente a Argentina seria incapaz de tomar uma decisão análoga para nos proteger do tóxico do século, com um SENASA (Serviço Nacional de Saúde e Qualidade Agroalimentar) estéril. Menos ainda em Buenos Aires, com um Ministro de Assuntos Agrários ex-funcionário da Monsanto e um Ministério da Agricultura da Nação dirigido por AACREA (Associação Argentina de Consórcios Regionais de Experimentação Agrícola), AAPRESID (Associação Argentina de Produtores em Semeadura Direta) e a sede oficial da empresa a mando de Lino Barañao. Ser pró-transgênicos e pró-venenos é parte da Mudança, para desgraça dos argentinos. Como resposta, o chavão é que a culpa é do que se foi, não do que chega para incentivar e perpetuar o genocídio silencioso.

A força dos agrotóxicos legais e ilegais no Brasil. Graça Portela e Raíza Tourinho. Site do MST, 29/01/2016.

Independentemente da valorização do dólar, o setor segue em crescimento. Mas não só a produção de agrotóxicos legais.

A economia do Brasil preocupa, mas, mesmo com queda no primeiro semestre de 2015, a indústria de agrotóxicos no país segue firme. Conforme dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal – Sindiveg, no Brasil foram comercializadas 708 mil toneladas de insumos em 2010; 730 mil toneladas, em 2011; e 823 mil toneladas em 2012. Em dólares, isto representa respectivamente US\$ 7.303.918, US\$ 8.487.944 e US\$ 9.710.014. Já em 2013, apesar do crescimento reduzido, o setor movimentou US\$ 11,454 bilhões e em 2014, atingiu US\$ 12,249 bilhões. O que mostra que, independentemente da valorização do dólar, o setor segue em crescimento. Mas não só a produção de agrotóxicos legais.

Embora enquadrados nas leis dos Crimes Ambientais (Lei 9605/1988) e dos Agrotóxicos (Lei 7.802/1989), e também no Código Penal (artigos 334 e 334-A), a produção, o transporte, a compra e venda, e a utilização de agrotóxicos contrabandeados ou falsificados só fazem crescer. Segundo o Sindiveg, somente em 2013, as apreensões de agrotóxicos falsificados totalizaram 34,6 toneladas. Desse total, mais de 18 toneladas foram confiscadas no estado do Rio Grande do Sul, seguido por São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. “Até 2013, o total apreendido pela Campanha Contra Defensivos Agrícolas Ilegais foi de 496,4 toneladas”, afirma Silvia Fagnani, vice-presidente executiva do Sindicato. A maioria do produto apreendido vem do Paraguai. Para combater o problema, o Sindiveg lançou há mais de 13 anos, a Campanha Contra Defensivos Agrícolas Ilegais, que já recebeu mais de 12 mil ligações. Todas, feitas para um número gratuito – 0800-940-7030, e que são repassadas diretamente às autoridades policiais.

O Sindicato mostra-se apreensivo sobre como “os produtos falsificados ganharam mercado na comercialização ilegal e se equipararam aos de contrabando”. Por que isto ocorre? Silvia Fagnani acredita que “o aumento da fiscalização nas fronteiras, pelas autoridades policiais e fiscalizatórias, fez com que as quadrilhas migrassem de contrabando para falsificação. Além desse fator, a falsificação permite maior lucro”.

O impacto da falsificação de agrotóxicos também se fez sentir nas vendas do primeiro semestre (janeiro a junho) de 2015. Segundo a vice-presidente do Sindicato: “O crescimento do mercado de ilegais teve forte influência na queda de vendas no primeiro

semestre, além de altas temperaturas e seca prolongada, que reduziram significativamente a infestação de pragas, a alta do dólar e o número elevado de produtos em estoque nos canais de distribuição”. A queda a que Silvia Fagnani se refere foi de 25%, e conforme nota divulgada à imprensa, se deveu também “ao câmbio, estoques, menor nível de infestação, crédito que chega ainda de forma lenta no mercado e também ao produtor se adequando a preços de soja bem menores se comparados a 2014”.

País dos agrotóxicos

Enquanto a indústria se preocupa com a invasão dos agroquímicos falsificados, os números de comercialização de agrotóxicos seguem crescendo ano a ano. A maior parte das vendas de agrotóxicos em 2014 foram de inseticidas (utilizados para o controle de infestações de insetos nocivos às lavouras e combater gravas) – 40%, seguidos pelos herbicidas (usados para o controle das ervas daninhas) – 32% e fungicidas (que combatem doenças causadas por fungos) – 24%, conforme os dados do Sindiveg. Entre as culturas, os agrotóxicos se destinaram principalmente as de soja, com 56%. As demais ficam com fatias pequenas das vendas dos insumos: milho – 9%, algodão – 8%, cana – 8%, trigo – 3%, café, feijão e pastagem, 2% cada um; e as restantes ficaram com 10%.

Junte-se a isso a questão dos agrotóxicos ilegais e dos contrabandeados, e o quadro é aterrador para a saúde dos agricultores e dos consumidores. A Anvisa, como mostra o Relatório de Atividades de 2011 e 2012 do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), coletou em 25 estados e no Distrito Federal 1.628 amostras de produtos agrícolas. Desse total, no ano de 2011, 36% apresentavam inúmeras irregularidades, como ingredientes químicos não autorizados, ou agrotóxicos permitidos, mas com limites acima do determinado pela Agência, ou ainda os que reuniam essas duas irregularidades (veja a tabela abaixo).

A situação preocupa os pesquisadores. Karen Friederich, do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)/Fiocruz e da Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Coletiva, explica que o programa é importante para demonstrar ao consumidor que ele também está exposto, uma vez que um prato pode conter “algumas dezenas de diferentes agrotóxicos, às vezes em um único alimento”: “O que temos visto no PARA é

que alguns alimentos chegam a ter mais de dez agrotóxicos... Houve uma amostra de São Paulo, cujo laudo avaliamos em um estudo, que tinha 14 agrotóxicos”, destaca.

Risco para saúde

Uma amostra estar dentro dos limites aceitos pelo PARA e, portanto, constar como satisfatória, não quer dizer muito, segundo explica Karen. A presença de tantas substâncias com efeitos diferentes em um único prato pode invalidar a comprovação científica de segurança do alimento, a chamada Ingestão Diária Aceitável (IDA). Esse indicador é baseado no Limite Máximo de Resíduos (LMR) de agrotóxicos presente no alimento, estabelecido de acordo com testes laboratoriais realizados em ambiente controlado e com uma única substância. “Essa situação experimental que a indústria apresenta [são os próprios fabricantes que apresentam os estudos utilizados para definir o LMR] não condiz com a realidade da condição humana. Então, se estabelece aquele limite de segurança e na realidade estamos expostos a várias misturas (de agrotóxicos)”, afirma Karen Friederich.

A pesquisadora alerta que há no país diversos agrotóxicos que estão proibidos na Europa e EUA, principalmente, como são os casos do próprio glifosato, “o herbicida dos quatro dedos, o herbicida paraquate, a atrazina... Essa é a primeira questão que nos leva a divulgar que o uso de agrotóxicos no Brasil não é seguro”.

Raquel Rigotto, pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFCE), vai mais além: “A avaliação de risco é baseada em estudos toxicológicos com animais de laboratório ou in vitro, extrapolando os resultados para a saúde humana; os estudos avaliam em separado cada ingrediente ativo (IA), desconsiderando os efeitos à saúde nas condições de múltipla exposição – que é o mais frequente na prática – e suas possíveis interações; e dos 527 ingredientes ativos registrados no Brasil, a Anvisa tem analisado apenas 235, excluindo até o glifosato, que responde por mais de 45% do consumo e que é provável cancerígeno”.

A preocupação dos pesquisadores é que a situação tome proporções que cada vez mais fogem do controle das indústrias e de todo o sistema de saúde que, mais cedo ou mais tarde, atenderá trabalhadores do campo ou da indústria de agrotóxicos, e cidadãos que apresentem os efeitos desses produtos químicos. “O que nos questionamos é se esses agrotóxicos interagem entre si? Um agrotóxico que seria seguro em uma determinada

dose, na presença de outro ele não potencializaria a ação do outro? Acreditamos que sim”, declara Karen Friederich.

Na reportagem feita pelo jornalista Roberto Cabrini para o programa Conexão Repórter, da TV SBT, são exibidos casos de intoxicação por agrotóxicos em trabalhadores rurais ocorridos na cidade de Limoeiro do Norte (Ceará). Destacamos, um trecho da reportagem em que médicos da região falam da incidência de diversos problemas de saúde possivelmente oriundos do uso/manuseio de agrotóxicos. Veja abaixo:

A opinião dos médicos entrevistados na reportagem só reforça o que foi divulgado no Dossiê Abrasco – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde e na nota divulgada pelo INCA – Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva: os agrotóxicos causam sérios riscos à saúde, além do meio ambiente. Conforme descrito no Dossiê Abrasco, “mesmo que alguns dos IAs (ingredientes ativos) possam – com base em seus efeitos agudos – ser classificados como medianamente ou pouco tóxicos, não se pode perder de vista os efeitos crônicos que podem ocorrer meses, anos ou até décadas após a exposição, manifestando-se em várias doenças como cânceres, más-formações congênitas, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais”.

Veja abaixo a tabela da OPAS – Organização Panamericana de Saúde/OMS, que está publicada no Dossiê Abrasco.

Ministério da Agricultura quer fechar 14 acordos comerciais em 2016. Cristiano Zaia. Valor Econômico, Agronegócios. 29/01/2016.

BRASÍLIA - A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, elencou hoje como prioridades de sua Pasta o fechamento de 14 novos acordos comerciais com blocos econômicos ou países em 2016. A ideia é tentar ampliar as exportações do agronegócio brasileiro, principalmente de carnes, grãos e frutas.

No ano passado, as exportações brasileiras de produtos agropecuários somaram US\$ 88,2 bilhões, o que deu ao Brasil uma participação de 7% no comércio internacional do setor. A ministra quer ampliar essa fatia para 10% até 2018.

Para este ano, o ministério projeta um crescimento de 2% para as vendas externas totais do agronegócio, o que significaria uma receita de US\$ 89,9 bilhões.

Dentre os acordos comerciais considerados prioritários pela ministra, 13 envolvem o Mercosul, sendo um deles o acordo com a União Europeia. Entre as prioridades, está a possibilidade de fechar acordos entre o Mercosul e a China, Mercosul e Coreia do Sul, Mercosul e Japão, e Mercosul e Índia, por exemplo.

Dentre as 14 prioridades, apenas um acordo é bilateral, envolvendo a ampliação do acordo já existente entre Brasil e México.

China derruba commodities agrícolas. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 29/01/2016.

Consideradas mais resistentes às turbulências no mercado financeiro, as commodities agrícolas não ficaram imunes às incertezas no front macroeconômico em janeiro. O colapso das ações das empresas na China, o conseqüente temor com a demanda do país e a forte desvalorização do petróleo atingiram em conjunto as cotações das matérias-primas produzidas no campo.

Os produtos negociados na bolsa de Nova York, conhecidos como "soft" commodities, foram os que mais perderam valor neste mês, conforme levantamento do ValorData. O cacau liderou as perdas, com uma desvalorização de 11,8% no preço médio dos contratos de segunda posição de entrega.

O movimento reverte parte dos ganhos ao longo do ano passado, mas os analistas divergem quanto ao rumo dos preços este ano. Quem crê em uma recuperação justifica que os ventos Harmattan mais fortes neste ano afetaram a safra do oeste da África. Já os que preveem mais perdas avaliam que a demanda global foi afetada após anos de valorização do cacau.

O movimento dos fundos especulativos sugere, porém, que a tendência de novas perdas é menos provável. Entre os dias 5 e 19, os gestores de recursos reduziram suas apostas de queda dos preços (posição líquida vendida) em 46%, segundo relatório da Comissão de Negociação de Futuros de Commodities (CFTC).

Os contratos de segunda posição do suco de laranja também tiveram perda expressiva, com queda de 9,8% em janeiro. Colaborou para derrubar as cotações a manutenção da

estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) para a colheita da Flórida em 69 milhões de caixas, após meses cortando suas projeções.

Mais dependentes da demanda da China, as cotações do açúcar e do algodão perderam terreno de forma mais modesta, já que a oferta de ambos deve ser mais restrita nesta safra. Os papéis de segunda posição do açúcar na bolsa de Nova York caíram 3,58%, enquanto os do algodão recuaram 2,97%.

A desaceleração econômica na China, porém, não deve afetar as importações de açúcar do país, porque a produção local tem sido abalada por uma forte seca. Tanto que, em 2015, o país importou um volume recorde de açúcar, 4,8 milhões de toneladas.

No caso do algodão, já há uma forte retração das importações, mas provocada por uma mudança na política do governo chinês. Após passar anos acumulando estoques, Pequim decidiu priorizar a venda do algodão que está no país. Como resultado, as importações do produto caíram 40% em 2015, para 1,5 milhão de toneladas.

A queda das duas commodities, porém, é vista como uma tendência reversível. Na semana encerrada dia 19, os fundos aumentaram seu saldo líquido comprado (expectativa de alta) em 30% para o algodão e 20% para o açúcar.

O café, por sua vez, foi pressionado pelas turbulências do mercado externo e a alta do dólar em relação ao real, o que estimula as exportações brasileiras. O preço médio do arábica caiu 2,81% no mês.

Curiosamente, os grãos tiveram quedas bem mais modestas. Embora a China seja a maior importadora de soja do mundo, as incertezas com a produtividade no Brasil por causa de adversidades climáticas seguraram a queda das cotações. Os papéis de segunda posição recuaram em janeiro apenas 0,82% na bolsa de Chicago. Porém, os papéis acumulam em 12 meses uma retração de 13,2%, resultado de estoques recordes no mundo.

Já os contratos do milho caíram 2,1% no mês. Houve forte influência do tombo do petróleo, que aumenta a competitividade da gasolina e prejudica a de etanol, que nos Estados Unidos é produzido a partir do cereal. O preço médio do trigo, por sua vez, caiu 1,1%.

CONTAG fortalece participação social no Mercosul – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/01/2016

A CONTAG, representantes de 104 entidades da sociedade civil e Governo Federal, participaram, nesta quinta-feira(28) e sexta-feira(29), da reunião sobre a seção brasileira do Foro de Participação Cidadã da União das Nações Sul-americanas (Unasul) e do programa Mercosul Social e Participativo, no escritório da presidência da República em São Paulo.

A reunião serviu para discutir sobre encaminhamentos futuros relativos a Mercosul e Unasul, incluindo debate acerca da proposta de estrutura do Foro de Participação cidadã; apresentação de cronograma de atividades; composição de secretaria executiva do grupo facilitador e pleno da sessão nacional, entre outros assuntos.

Entre os pontos acordados pelo Pleno para o regimento do grupo facilitador brasileiro, estão: a perspectiva de convergir mecanismos de participação social do (Mercosul,Unasul); divulgar os processos e instância de integração regional; organizar a participação social no sentido de incidir na política de integração regional; propor e promover espaços de formação sobre integração regional, entre outros.

Criação do Foro brasileiro

Em outubro de 2015 aconteceu o registro das entidades para a participação do Foro, total de 104 entidades. Dia 26 de novembro, 49 entidades se reuniram em São Paulo onde elegeram coordenação de um Grupo Facilitador.

Foro de Participação Cidadã da Unasul

O Foro de Participação Cidadã da Unasul estabelece que cada um dos doze países que integram o bloco deve organizar uma seção nacional de participação social composta por representações da sociedade civil.

No dia 30 de agosto de 2013 foi aprovada a proposta de criação do Foro de Participação Cidadã da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) pelo Conselho de Chefes de Estado e de Governo, reunido em Paramaribo, República do Suriname. De acordo com o preâmbulo do Tratado Constitutivo da Unasul, a participação cidadã e o pluralismo são princípios orientadores da União.

Nesse sentido, o regulamento interno do Foro de Participação Cidadã na Unasul estabelece o objetivo de contribuir para a participação dos atores sociais no processo de

integração regional, pronunciar-se por meio de recomendações, dar seguimento, analisar e avaliar as políticas destinadas ao processo de integração e das diversas etapas de sua implementação, bem como sugerir temas e realizar pesquisas acerca de questões de relevância para a Unasul.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa